

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA E LIMPEZA, VISANDO O CONserto DE TUBULAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA BRUTA, POTÁVEL E DE ESGOTO EM PVC/PBA, PVC/DEFOFO, PEAD, FERRO FUNDIDO DE VÁRIOS DIÂMETROS, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL- RS.

CAPÍTULO I

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A presente licitação é regida pelas normas da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016 e é do tipo **MENOR PREÇO TOTAL**.

1.2. As despesas, objeto da presente licitação, serão atendidas com recursos próprios do SAMAE, classificados na dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.05 – DAG – 17.512.013.2.343 – 3.3.90.39.99.06.00.00, 03.05 – DAG – 17.512.013.2.343 – 3.1.90.34.01.02.00.00, 03.06 – DEG – 17.512.005.2.344 – 3.3.90.39.99.06.00.00, 03.06 – DEG – 17.512.005.2.344 – 3.1.90.34.01.02.00.00 e, do próximo, a consignar.

1.3. Os envelopes contendo, separadamente, a documentação relativa à Habilitação e à Proposta de Preços, para esta Concorrência Pública, serão recebidos, pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, conforme abaixo.

1.3.1. Data de abertura dos envelopes: **15 de julho de 2019**.

1.3.2. Horário: **9 horas**.

1.3.3. Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, térreo, Centro, em Caxias do Sul – RS.

CAPÍTULO II

2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para prestação de serviços e mão de obra, com o fornecimento parcial dos materiais e equipamentos necessários, para execução de serviços de manutenção hidráulica e limpeza, visando o conserto de tubulações de abastecimento de água bruta, potável e de esgoto em PVC/PBA, PVC/DEFOFO, PEAD, Ferro Fundido de vários diâmetros, em diversos pontos do município de Caxias do Sul - RS, conforme Termo de Referência – Anexo VII.

2.1. A execução dos serviços e o fornecimento dos materiais obedecerão fielmente ao Termo de Referência – Anexo VII, as normas da ABNT, outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes.

2.2. Sempre que as palavras indicadas abaixo aparecerem neste Edital de Concorrência Pública ou em qualquer de seus Anexos, terão o seguinte significado:

- SAMA E: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto;
- CONTRATANTE, AUTARQUIA: SAMA E;
- PROPONENTE, CONCORRENTE ou LICITANTE: Empresa que apresentar proposta para a execução do objeto do presente Edital;
- CONTRATADA: Empresa vencedora desta Concorrência Pública em favor da qual será adjudicado e homologado o objeto desta licitação.

CAPÍTULO III

3. DO INFORMATIVO À PROPONENTE

3.1. Caso a proponente opte por remeter os envelopes descritos no Capítulo VII, com antecedência, deverão ser encaminhados para:

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019
ABERTURA:
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
RUA PINHEIRO MACHADO, N.º 1615 – 95020 –170 – CAXIAS DO SUL – RS
A/C SECRETARIA DE RECEPÇÃO DE LICITAÇÕES

3.2. Poderão participar da presente Licitação empresas ou instituições cujo objeto social, expresso em seu Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, especifique atividade pertinente e compatível com o objeto licitatório, bem como atendam às exigências do presente Edital.

3.3. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou do contrato dela derivado, as pessoas físicas e/ou jurídicas referidas no artigo 9º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

3.4. Não poderão participar do procedimento licitatório e/ou da contratação as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação. Caso seja identificado o impedimento da empresa ou instituição junto à Administração Pública Brasileira, a proponente será inabilitada.

3.5. Será concedido tratamento diferenciado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

CAPÍTULO IV

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1. É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela proponente vencedora, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

4.2. A proponente vencedora deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

4.3. A proponente vencedora será considerada responsável pelos danos por ela causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

4.4. Dos serviços

4.4.1. A execução dos serviços deverá atender ao que dispõe os subitens 5.3 e 14 do Termo de Referência – Anexo VII.

4.4.2. A proponente vencedora deverá calcular o valor dos serviços, considerando todos os custos com pessoal, ferramentas, equipamentos, veículos, máquinas, abertura e fechamento da vala, compactação, sinalização, limpeza, recolhimento de entulhos, materiais, exceto hidráulicos, e outros custos necessários para atender o objeto desta licitação.

4.5. Materiais

4.5.1. Os materiais hidráulicos necessários à execução dos serviços serão fornecidos antecipadamente à proponente vencedora através de “kit’s”. Os mesmos deverão ser retirados no Almoxarifado da Autarquia, mediante assinatura no termo de retirada e a baixa dar-se-á através da compilação dos dados constantes nas ordens de serviço executadas. A proponente vencedora deverá definir, antecipadamente à primeira retirada de materiais, os nomes das pessoas autorizadas a retirar materiais junto ao Almoxarifado do SAMA E. Somente serão fornecidos materiais aos funcionários previamente autorizados pela proponente vencedora.

4.5.2. Todo material utilizado na execução do serviço deverá ser anotado na ordem de serviço para controle e reposição do kit.

4.5.3. O Responsável Técnico responderá pelo controle dos materiais retirados pelas equipes da contratada no Almoxarifado do SAMA E. Dele será cobrada a utilização adequada e racional

dos mesmos, assim como a adequação entre o material descrito na ordem e o serviço executado.

4.5.4. Na eventual necessidade de retirada de peças e conexões específicas não constantes do Kit fornecido à equipe contratada, as mesmas deverão ser retiradas junto ao Almoxarifado ou depósito de peças e tubos do SAMA E mediante liberação do fiscal dos serviços.

4.5.5. O SAMA E fornecerá apenas materiais hidráulicos para os consertos, sendo que, materiais de construção civil tais como, cimento, areia, madeira e outros para execução de blocos de ancoragem e escoramento de valas, material importado, pó de brita para reaterro de vala ou repavimentação, tijolos, tubos, pedras, dutos e outros materiais não relacionados no Termo de Referência – Anexo VII e que sejam necessários para reconstrução de caixas de registros, redes de drenagem e outras estruturas que interferirem nos trabalhos de conserto, não serão fornecidos pelo SAMA E, cabendo à proponente vencedora dispor de local próprio para depósito, fornecendo e empregando-os sempre que necessário.

4.6. Pessoal

4.6.1. O pessoal necessário à prestação dos serviços objeto deste Edital deverá atender ao que dispõe o subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo VII.

4.7. Veículos, equipamentos e ferramentas

4.7.1. Os veículos, equipamentos e ferramentas necessários à prestação dos serviços objeto deste Edital deverão atender ao que dispõe o subitem 5.4 do Termo de Referência – Anexo VII.

4.8. Horário de trabalho

4.8.1. A proponente vencedora deverá ter equipes a disposição do SAMA E das 7h30min às 24 horas diariamente, inclusive sábados, domingos, feriados e dias decretados ponto facultativo. O horário de trabalho dos Setores de Manutenção de água e de esgoto do SAMA E é das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, diariamente. Fora destes horários, o SAMA E manterá equipe de fiscais de plantão.

4.8.2. Os serviços serão passados via rádio e/ou telefone celular ao Supervisor da proponente vencedora ou à Central de Recepção da proponente vencedora estabelecida para este fim, que se encarregará de repassar as ordens para as equipes que entender pertinente. As ordens de Serviço propriamente ditas deverão ser retiradas e devolvidas diariamente com o Supervisor de Fiscalização, junto à Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica para as Ordens de serviços da Divisão de Água e junto a Gerência de Redes de esgoto para a Divisão de Esgoto, no horário acima mencionado.

4.8.3. Considerando que ocorrem eventos que exigem manutenção em dias de chuva, a proponente vencedora deverá estar preparada para a realização de tais serviços quando necessário, desde que tecnicamente viáveis.

4.8.4. O atendimento no período da noite, das 17:30 às 07:30 horas, desde que não sejam deixadas Ordens de Serviço acumuladas dos trabalhos diurnos, será em regime de plantão. A empresa deixará seu supervisor ou responsável técnico encarregado de receber eventuais chamados para consertos noturnos devendo disponibilizar tantas equipes quantas forem necessárias para os atendimentos considerados emergenciais. Ficará a critério da fiscalização determinar os atendimentos considerados emergenciais, entretanto, para fins de orientação, considerar-se-á como emergenciais consertos de redes adutoras, de redes distribuidoras onde fiquem fechados setores importantes ou situações onde haja risco ao tráfego ou às propriedades do entorno. Consertos onde haja risco de alagamentos de residências devido a problemas na rede de esgoto.

4.9. Prazo de execução dos serviços

4.9.1. Os procedimentos de manutenção deverão ser iniciados no prazo máximo de 04 (quatro) horas após terem sido comunicados via rádio, telefone ou aplicativo. A recomposição de calçada, paralelepípedo e asfalto, quando houver, deverá ser executada em até 4 dias úteis. No intervalo deste tempo o local deverá ser protegido conforme Termo de Referência – Anexo VII.

4.9.2. Todo serviço que não puder ser executado dentro dos prazos estabelecidos, deverá ter justificado o motivo da não execução.

4.9.3. A fiscalização do SAMA E passará preliminarmente em todos os locais das Ordens de Serviço geradas a fim de confirmar a necessidade dos serviços providenciando, sempre que possível e que necessário, o fechamento dos registros de manobra e/ou tamponando (batoqueando) os ramais que estiverem aparentes.

4.9.4. Para a solução de dificuldades surgidas na execução dos serviços será acionada a fiscalização que entrará em contato com a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto para apoio técnico, sempre que necessário.

4.10. Garantia e assistência técnica

4.10.1. As pavimentações deverão ter garantia de 1 ano, contado da data de término da execução.

4.11. A proponente vencedora deverá providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com os serviços contratados, (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução dos serviços).

4.12. No decorrer do andamento dos trabalhos da proponente vencedora, esta deverá observar a interferência de redes existentes, caixas, cabos, postes, outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida para implantação das obras, a proponente vencedora chamará, com antecedência prévia, a Fiscalização para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários ao serviço, tomando por base as cotas fornecidas, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante a pesquisa de interferência realizada pela proponente vencedora.

4.13. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura dos envelopes.

4.14. O SAMA E reserva-se o direito de recusar os serviços que não estiverem de acordo com o especificado, sendo que as despesas decorrentes correrão às expensas da proponente vencedora, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando da entrega dos materiais e/ou execução definitiva dos serviços.

CAPÍTULO V

5. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

5.2. O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

5.3. A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço e, quando aplicável, o número do Cadastro Específico do INSS – CEI, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

5.4. O primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços.

5.5. Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da pessoa jurídica vencedora do certame. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

5.6. Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

I. Mensalmente:

- a) Folha de pagamento mensal, acompanhada dos recibos de pagamento da remuneração, inclusive de férias e 13º salário, devidamente quitados e/ou arquivos de retorno bancário que comprovem a quitação dos salários, do pessoal alocado para efetuar os serviços referentes ao objeto do contrato;
- b) Relatório individual de efetividade da equipe designada para execução dos serviços (cartão-ponto ou folha-ponto);
- c) Guia de recolhimento ao FGTS e de informações à Previdência Social – GFIP completa (protocolo de envio, relação de trabalhadores e comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social), relativa ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal, juntamente com o comprovante de recolhimento do FGTS;
- d) Guia de Previdência Social (GPS) relativa ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal, juntamente com o comprovante de recolhimento;
- e) Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

- f) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
- g) Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual;
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, e
- i) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da proponente.

II. Anualmente ou quando ocorrer o fato:

- a) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- b) Ficha de registro de empregado e contrato de trabalho, e
- c) Aviso prévio, pedido de demissão e termos de rescisão do contrato de trabalho.

5.7. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

5.8. A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no subitem 5.6.

5.9. A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

5.10. Serão observadas, também, as condições descritas no subitem 4 do Termo de Referência – Anexo VII.

5.11. Deverão ser emitidas separadamente notas fiscais para serviço de água e serviço de esgoto.

CAPÍTULO VI

6. DO CREDENCIAMENTO

O credenciamento do representante legal da empresa, com plenos poderes de decisão, far-se-á mediante apresentação do Termo de Credenciamento, conforme modelo constante no Anexo I, acompanhado da respectiva cédula de identidade e CPF. Esses documentos deverão ser apresentados separadamente aos envelopes Documentos de Habilitação e Proposta de Preços e somente serão necessários para as empresas que se fizerem presentes no ato de abertura.

6.1. Deverá ser observado o disposto no subitem 18.1.5, para comprovação da(s) assinatura(s) do(s) representante(s) legal(is) da proponente.

CAPÍTULO VII

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Para participar desta licitação, os interessados deverão entregar, na data e horário mencionados no subitem 1.3, desta Concorrência Pública, 02 (dois) envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados e dirigidos ao SAMA E, contendo, em sua parte externa:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
ENVELOPE “A” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
ABERTURA:
NOME DA PROPONENTE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E
ENVELOPE “B” – PROPOSTA DE PREÇOS
ABERTURA:
NOME DA PROPONENTE

CAPÍTULO VIII

8. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE "A"

8.1. A documentação deverá ser apresentada em envelope lacrado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 18.4, deste Edital, ou, ainda, emitidos via internet, mediante confirmação, nos respectivos sites oficiais, durante a sessão. Os documentos devem ser apresentados sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

8.1.1. Serão aceitos documentos com assinatura digital, desde que, em tais documentos, conste a verificação da autenticidade nos respectivos sites.

8.1.2. Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes à matriz **ou** à filial (razão social e CNPJ) da empresa que se habilita para este certame licitatório, exceto o disposto no subitem 8.9, inciso I, deste Edital. Entretanto, serão aceitos, para efeito de habilitação, documentos emitidos em nome da matriz e válidos para todas as filiais, desde que tal condição esteja expressa.

8.2. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações, em atendimento à Instrução Normativa n.º 1634/2016, da Secretaria da Receita Federal, efetuará consulta no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br, para fins de emissão de Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ) da proponente e do QSA (Quadro de Sócios e Administradores).

8.2.1. Em atendimento à Instrução Normativa n.º 006/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, a Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações efetuará consulta de licitantes penalizadas, no Portal da Transparência (CEIS e CNEP) e no site da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

8.2.2. Também será feita consulta aos licitantes penalizados junto à CELIC – Central de Licitações do Estado do Rio Grande do Sul, observando-se a abrangência do impedimento da participação.

8.2.3. Constatado o impedimento em licitar, e sua respectiva abrangência, a proponente será inabilitada.

8.3. Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem, além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta licitação no seu objeto social/ramo de atividade, comprovado através do Ato Constitutivo ou Estatuto ou Contrato Social ou Registro Comercial (Requerimento de Empresário, para Empresário Individual), CRC ou CNPJ.

8.4. As empresas portadoras do CRC (Certificado de Registro Cadastral), expedido pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, **em vigor**, poderão utilizá-lo em substituição aos documentos referidos nos subitens 8.7, inciso I, 8.8, incisos I a VII, 8.9, incisos I a III (desde que conste o valor do Patrimônio Líquido no CRC) e 8.10, inciso I, desde que constem no CRC com validade vigente.

8.4.1. No caso de haver algum documento com o prazo de validade expirado, a proponente deverá apresentar, em substituição, documento em vigor, em original, cópia autenticada ou emitida via Internet, onde serão confirmados, no ato de abertura, nos sites oficiais.

8.4.2. A relação dos documentos necessários para obtenção do CRC encontra-se disponível em <http://www.samaecaxias.com.br/Pagina/Index/8>.

8.4.3. A documentação necessária para o cadastramento da empresa junto ao SAMA E será aceita, impreterivelmente, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas, conforme disposto no artigo 22, parágrafo 2º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

8.4.4. Não será emitido o CRC (Certificado de Registro Cadastral) para a proponente que apresentar reprovação econômico-financeira.

8.5. Não será aceito protocolo de pedido de emissão de documentos.

8.6. Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

8.7. Habilitação Jurídica

- I. **ato constitutivo, estatuto ou contrato social**, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus atuais administradores, ou outra documentação, desde que prevista no art. 28, incisos II, IV e V, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

8.8. Regularidade Fiscal

Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, para comprovação da Regularidade Fiscal, são:

- I. prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei (artigo 29, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e artigo 27, da Lei Federal n.º 8.036, de 11 de maio de 1990 e alterações), em vigor na data de abertura da licitação;

- II. prova de regularidade com a Fazenda Federal, devendo ser apresentada a **Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União e Previdenciária**, administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor na data da abertura da licitação;
- III. **prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da empresa, em vigor na data da abertura da licitação;
- IV. **prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Mobiliário)**, do município expedidor da sede da empresa, em vigor na data de abertura da licitação (serão aceitas certidões (gerais) que englobem a totalidade dos tributos em um único documento);
- V. **certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, em vigor na data da abertura da licitação;
- VI. **declaração da proponente**, sob as penas da lei, conforme modelo do Anexo II, que não existe fato impeditivo à habilitação da proponente para participar da licitação, que tem conhecimento de que fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento, serão motivos suficientes para a desclassificação, que não foi considerada INIDÔNEA para licitar ou contratar com o Poder Público.
- VII. **declaração da Proponente**, em atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações), nos moldes do Anexo IV, deste Edital, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos. No caso de empregar menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, assinalar na declaração.

8.8.1. Os documentos mencionados nos incisos VI e VII, do subitem 8.8, deverão observar o disposto no subitem 18.1.5.

8.9. Qualificação Econômico-Financeira

Os documentos a serem apresentados, obrigatoriamente, para comprovação da Qualificação Econômico-Financeira, são:

- I. **certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, em vigor. As certidões que não expressarem o prazo de validade deverão ter data de expedição não superior a 30 (trinta) dias da data de abertura desta Licitação. Entende-se como sede da pessoa jurídica a matriz do estabelecimento

II. **balanço Patrimonial e Demonstrativo do Resultado do Exercício**, relativos ao último exercício social, juntamente com o Termo de Abertura e Encerramento, exigíveis na forma da lei, devendo ser **cópia autenticada do Livro Diário** devidamente registrado no órgão competente (**Junta Comercial no caso de sociedade empresária e Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas no caso de sociedade simples**) assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante legal da empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas. Os documentos contábeis gerados pelo Sistema Público de Escrituração Digital (**SPED**) deverão estar acompanhados de recibo de entrega de Escrituração Contábil Digital (**ECD**), conforme Decreto n.º 8.683, de 25 de fevereiro de 2016, bem como obedecidas as regras para assinatura.

- a) as empresas constituídas sob a forma de Sociedade Anônima poderão apresentar cópia autenticada das demonstrações contábeis publicadas no Diário Oficial, em conformidade com o local em que esteja situada a sede da companhia, ou em jornal de grande circulação e ata da Assembleia Geral que as aprovou; no entanto, não ficam dispensadas da apresentação dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente;
- b) a apresentação do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo do Resultado do Exercício é imprescindível para a análise da boa situação financeira da proponente, que será efetuada com base nos indicadores a seguir relacionados:
 - 1) **LC** = AC/PC igual ou superior a **1,0**;
 - 2) **LG** = (AC + ARLP)/(PC + PNC) igual ou superior a **1,0**; e
 - 3) **SG** = AT/(PC + PNC) igual ou superior a **1,5**.

Onde:

AC	Ativo Circulante
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo
AT	Ativo Total
LC	Liquidez Corrente
LG	Liquidez Geral
PC	Passivo Circulante
PNC	Passivo não Circulante

- c) a proponente que apresentar, **no mínimo, dois dos três indicadores**, iguais ou superiores aos estabelecidos acima, obterá a classificação econômico-financeira; as demais serão inabilitadas.

III. exigência de qualificação econômico-financeira, **igual ou superior a 10% do valor estimado da contratação** (§§ 2º e 3º, art. 31, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), a ser comprovada **por uma** das seguintes formas:

- a) **comprovação do capital social da empresa**, através de certidão simplificada expedida pela Junta Comercial. No caso de o capital social ser registrado no corrente exercício, anexar contrato social ou certidão simplificada expedida pelo órgão competente; ou

- b) **comprovação de patrimônio líquido**, extraído do Balanço Patrimonial do último exercício social, transcrito do Livro Diário, devidamente registrado no órgão competente ou publicação no Diário Oficial ou jornal de grande circulação;
- c) a proponente que apresentar qualificação econômico-financeira, em **um** dos itens acima, estará habilitada; as demais serão inabilitadas.

8.10. Qualificação Técnica

- I. **registro da empresa junto ao CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em vigor, na data de abertura da licitação;
- II. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado obras e serviços similares, em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverá(ão) ser de serviços já concluídos. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obra(s) e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:
 - a) serão consideradas aptas as empresas que comprovarem a quantidade mínima especificada em cada um dos itens listados abaixo, considerados de maior relevância. Essa análise será feita por item, considerando-se, sempre, a quantidade mínima apontada para cada um, em um único atestado; entretanto, não é obrigatória a apresentação de um único atestado para todos os itens. A análise quantitativa será feita nos seguintes itens:
 - 1. Implantação de redes de adutora de água ou esgoto sanitário, com diâmetro igual ou superior a 300mm, em ferro fundido com quantidade mínima de 1000,00m;
 - 2. Escavação de valas em solo com quantidade mínima de 300,00m³;
 - 3. Pavimentação ou repavimentação de calçamento ou paver com quantidade mínima de 500,00m²;
 - 4. Pavimentação ou repavimentação asfáltica com quantidade mínima de 500,00m².
 - b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do Atestado, além de sua assinatura.
- III. **atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro, na entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico, de nível superior, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico, CAT(s), para os emitidos a partir de 05/2005, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de

junho de 1993 e alterações, que tenha sido contratado para a execução de obras e serviços similares, em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços e deverá(ão) ser de obra(s) já concluída(s). O(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obra(s) e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância aqui citados:

a) serão consideradas aptos os profissionais que comprovarem a quantidade mínima especificada em cada um dos itens listados abaixo, considerados de maior relevância. Essa análise será feita por item, considerando-se, sempre, a quantidade mínima apontada para cada um, em um único atestado; entretanto, não é obrigatória a apresentação de um único atestado para todos os itens. A análise quantitativa será feita nos seguintes itens:

1. Implantação de redes de adutora de água ou esgoto sanitário, com diâmetro igual ou superior a 300mm, em ferro fundido com quantidade mínima de 1000,00m;
2. Escavação de valas em solo com quantidade mínima de 300,00m³;
3. Pavimentação ou repavimentação de calçamento ou paver com quantidade mínima de 500,00m²;
4. Pavimentação ou repavimentação asfáltica com quantidade mínima de 500,00m².

b) os atestados devem ser emitidos em papel timbrado, contendo a logomarca do emitente; ainda, deverão conter: nome e CNPJ da pessoa jurídica emitente, nome e CNPJ da pessoa jurídica beneficiada, dados específicos do objeto e nome e título da pessoa física responsável pela emissão do Atestado, além de sua assinatura.

IV. **declaração** da proponente, assinada pelo seu responsável legal, de que o referido profissional, detentor do atestado de capacidade técnico-profissional, citado no subitem 8.10, inciso III, integrará o quadro da proponente, na data prevista para a assinatura do contrato;

V. **declaração**, sob as penas cabíveis, relacionando e qualificando cada um dos membros da equipe técnica, alocada para a execução dos serviços, objeto desta licitação, conforme artigo 30, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais, e que os referidos profissionais preencherão o quadro permanente da proponente, na data prevista para a assinatura do contrato:

- (a) 01 (um) Supervisor;
- (b) 01 (um) Responsável Técnico pelas obras (Engenheiro Civil);
- (c) 01 (um) Topógrafo;

(d) 01 (um) Técnico de Segurança.

Não é vedado que o supervisor seja o próprio responsável técnico, desde que legalmente habilitado perante o CREA e que esteja disponível em tempo integral para os serviços da contratada junto ao SAMA E. Se esse for o caso, deverá ser informado na declaração.

VI. **declaração**, sob as penas da lei, que a proponente dispõe de equipamentos e máquinas, contendo, no mínimo:

- (a) 03 (três) retroescavadeiras;
- (b) 03 (três) caminhões basculantes;
- (c) 01 (um) caminhão munk;
- (d) 03 (três) bombas para sucção de água de valas;
- (e) 03 (três) equipamentos para compactação de solo (compactador a percussão e/ou rolo);
- (f) 01 (um) equipamento para solda em tubos PEAD até o diâmetro de 450 mm (eletrofusão e termofusão);
- (g) 02 (duas) cortadeiras de asfalto;
- (h) Chaves para abrir registros (capelote, média e outras), alavancas (2 por equipe – comprimento 1,80 m);
- (i) Caixas de ferramentas (uma por equipe), contendo: tarraxa para PVC ½” a 1”, furadeira para PVC, marreta oitavada 1 kg, colher de pedreiro nº 8, arco de serra tubular, grossa 12”, ponteiro, talhadeira, macho rosca BSP ½” e ¾” (para limpeza de rosca), chave jacaré tipo blitz 7”, 9” e 12”, chave jacaré tipo sueca 1” 3/8, chave estrela 9/16 x ½”, pá, picareta, trena de aço de 3,00 m, jogo de chaves de boca de diversas bitolas, serra sabre, serra manual, marreta, grossa, alavanca, enxada, e demais ferramentas de utilização habitual em consertos hidráulicos.

8.10.1. Os documentos mencionados nos incisos IV a VI, do subitem 8.10, deverão observar o disposto no subitem 18.1.5.

8.11. Em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, em se tratando de **Microempresa – ME** ou **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, apresentar comprovação desta condição através:

- I. **certidão expedida pela Junta Comercial ou Certidão do Cartório de Títulos ou Documentos de Registros de Pessoas Jurídicas**, em cópia autenticada ou emitida via internet;

E

- II. **declaração** de enquadramento, como **Microempresa – ME** ou **Empresa de Pequeno Porte – EPP**, conforme modelo do Anexo III, assinada pelo responsável legal da proponente, devendo ser observado o subitem 18.1.5, e por contador ou técnico em contabilidade da empresa. A declaração deverá conter o número de inscrição do profissional no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

8.11.1. Ambos os documentos (certidão e declaração) deverão apresentar a mesma condição de enquadramento.

8.11.2. Não sendo possível a consulta da autenticidade dos documentos emitidos pela Internet, não será concedido o tratamento diferenciado instituído pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

8.12. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, excetuando-se o disposto no subitem 8.13, na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, a proponente será considerada inabilitada.

8.13. Conforme o disposto no parágrafo 1º, do artigo 43 e parágrafo 2º, artigo 18-E, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, no caso de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, será aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, **contados do momento em que for declarada vencedora**, tendo sua habilitação condicionada à regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito.

8.13.1. O prazo citado poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SAMA E, desde que seja requerido pela licitante durante o transcurso do respectivo prazo.

8.13.2. O benefício não eximirá a proponente de apresentar, na sessão pública, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, ainda que possuam alguma restrição.

8.13.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.

8.14. Serão inabilitadas as proponentes que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

CAPÍTULO IX

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – ENVELOPE "B"

A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, não transparente e devidamente identificado, em 1 (uma) via, original ou cópia autenticada, conforme subitem 18.4, deste Edital e deverá conter:

9.1. **A proposta**, sem emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas, conforme Anexo V – Proposta de Preços, devendo ser preenchida por meio mecânico, datada e assinada pelo responsável legal pela proponente. Deverá apresentar, também, a razão social, o número do CNPJ-MF da proponente e o nome completo de seu signatário.

- I. poderá ser usado formulário próprio para preenchimento da proposta, desde que nele constem todas as informações que compõem o Anexo V – Proposta de Preços, sem qualquer alteração quanto à ordem, às quantidades e às características, sob pena de desclassificação;
- II. a proposta deverá conter o preço unitário e o preço total de cada item, preço global dos serviços e materiais, compreendendo material, mão de obra e equipamentos, conforme os itens relacionados no Anexo V, expressos em reais, com 2 (duas) casas decimais, à vista, compreendendo a totalidade dos serviços necessários para a execução do objeto deste certame, calculados com base nas Especificações Técnicas, válidos para serem praticados desde a data de entrega do envelope-proposta até o efetivo pagamento;
- III. nos preços propostos, deverão estar incluídos todos os custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, comerciais, tarifas, fretes, seguros, alojamento, alimentação, assistência médica e social, descarga, transporte, materiais, os equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades, o transporte de pessoal, materiais e equipamentos ao local dos serviços, maquinários, veículos, ferramentas, abertura e fechamento de vala, compactação, sinalização, limpeza, recolhimento de entulhos, a confecção e a instalação das placas de identificação da obra, o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e/ou materiais, objeto desta licitação, para a perfeita execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência, constantes no Anexo VII;
- IV. os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, não sendo permitido o seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação;
- V. o preço proposto será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte da proponente vencedora;

VI. por se tratar de julgamento global, ou seja, uma única proponente vencedora para a execução de todos os serviços, a proponente deverá cotar a totalidade dos itens constantes no Anexo V, sob pena de desclassificação da proposta.

9.2. **O valor global**, ou seja, a soma da multiplicação da quantidade do item pelo seu respectivo preço unitário, conforme a unidade mencionada no Anexo V – Proposta de Preços, expresso em reais, com 2 (duas) casas decimais.

9.3. A **Proposta de Preços**, obrigatoriamente, **em meio digital (CD, DVD ou Pen-Drive)**, não protegido, em formato XLSX, conforme planilha disponibilizada no Termo de Referência – Anexo VII – arquivo Proposta.

9.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e à legislação em vigor.

CAPÍTULO X

10. DO JULGAMENTO, DA CLASSIFICAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

10.1. No julgamento observar-se-á o disposto nos artigos 43 e 44, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10.2. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações solicitará uma única vez a correção da proposta de preços, quando esta contiver vício formal, conforme exemplos a seguir:

- I. no caso de divergência entre o valor unitário e global, prevalecerá o valor unitário;
- II. no caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;
- III. no caso de erro de multiplicação, somatório, arredondamento e/ou erro de transcrição de unidades de medida, deverá ser mantido inalterado o preço unitário;
- IV. no caso de omissão parcial no descritivo do item/subitem que compõe o serviço e/ou material deverá ser corrigido de acordo com o Edital;
- V. no caso de inversão de ordem nos descritivos do item/subitem que compõe os serviços e/ou material.

10.2.1. A recusa injustificada da proponente em realizar as correções, no prazo estipulado, ensejará a desclassificação da proposta.

- I. O prazo para regularização será de, no máximo, 02 (dois) dias úteis contados da notificação feita pela Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

10.3. A Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações desclassificará a proposta de preços que contiver vício material ou defeito capaz de dificultar ou impedir o julgamento, conforme exemplos a seguir:

- I. apresentar preço unitário ou preço global superior aos constantes da Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- II. omitir totalmente o descritivo do item/subitem que compõe o serviço e/ou material relacionado na Planilha Orçamentária;
- III. apresentar proposta com característica e/ou quantidade diferente da fixada na Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- IV. apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, de acordo com o estabelecido no § 3º, do art. 44, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. apresentar preços manifestamente inexecutáveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de

produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, observado o disposto no inciso II, §§ 1º e 2º, do art. 48, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações:

a) nessa situação, será facultado à proponente o prazo de 3 (três) dias úteis para comprovar a exequibilidade dos preços constantes na sua proposta, conforme parâmetros do §3º, do art. 43, c/c com o inciso II, do art. 48, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, sob pena de desclassificação.

VI. estiver em desacordo com as exigências do presente Edital e da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

10.4. A Comissão de Licitações poderá utilizar-se de assessoramento técnico para julgamento das propostas, por meio de parecer que integrará o processo.

10.5. A Comissão de Licitações considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO TOTAL**, incluindo mão de obra, materiais, serviços e equipamentos, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII.

10.5.1. Em cumprimento ao disposto no inciso X, do artigo 40, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações serão considerados:

- I. o **Preço Máximo Unitário** aceitável para cada item/subitem o valor definido na Planilha Orçamentária elaborada pelo SAMA E;
- II. o **Preço Máximo Total** aceitável, o valor orçado de **R\$ 7.942.487,38 (sete milhões, novecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos)**.

10.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido ao disposto no inciso II, § 2º, do art. 3º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e observada a Emenda Constitucional n.º 06, de 15 de agosto de 1995, será realizado o sorteio, em ato público, com convocação prévia de todas as proponentes, conforme prevê o parágrafo 2º, do art. 45, do Estatuto Licitatório.

10.7. Caso as propostas apresentadas por Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta melhor classificada (empate ficto), conforme previsão do § 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, será assegurada preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- I. a Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora da melhor proposta, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

- II. se a proponente não apresentar nova proposta, por escrito, inferior à de menor preço, serão convocadas as proponentes remanescentes, que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito;
- III. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP's, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio para estabelecer a ordem em que serão convocadas para apresentação de nova proposta;
- IV. o disposto nesta condição somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por proponente enquadrada no regime da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- V. na hipótese da não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.7.1. As preferências de que trata o subitem 10.7, instituídas pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, não se aplicarão ao presente certame se dele participarem apenas Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, indistintamente.

10.8. Os quantitativos constantes do Anexo V foram estimados para fins de julgamento e empenho. Por se tratar de contrato a preços unitários, não há compromisso do SAMAE em atingir seus valores.

10.9. Decorrido o prazo recursal ou após o julgamento dos recursos referentes à habilitação e à abertura dos envelopes proposta de preços, o SAMAE terá, no máximo, 15 (quinze) dias para o julgamento e a divulgação do resultado, sendo que o prazo de validade da proposta atenderá ao § 3º, do art. 64, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CAPÍTULO XI

11. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

11.1. O objeto desta licitação é único e será adjudicado e homologado pelo Diretor-Presidente do SAMA E, com posterior comunicação a todos os participantes, à proponente que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o menor preço total, conforme o estabelecido no Capítulo X, deste Edital.

CAPÍTULO XII

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou à inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no artigo 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

12.2. Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação das razões do recurso, por escrito, contados do dia subsequente à convocação do ato.

12.3. As demais proponentes, já intimadas na sessão, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o término do prazo da recorrente, para apresentarem as contrarrazões.

12.4. As razões e as contrarrazões do recurso, por escrito, deverão ser protocolizadas ao Sr. Diretor-Presidente do SAMA E, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, no horário das 9h às 16h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, no prazo estipulado para apresentação, sob pena de não admissibilidade.

12.5. Os recursos administrativos de licitações serão disponibilizados no portal do SAMA E, após protocolo, assim como as contrarrazões das proponentes e decisões da Autarquia, permanecendo os autos do processo com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital da licitação.

12.6. Quando da intenção de recorrer, o licitante será informado, na própria sessão, com registro em Ata, sobre os procedimentos e datas, ficando, as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem suas contrarrazões, pelo mesmo sistema, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.7. Nos recursos, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a interposição do recurso), entre outros.

12.8. Caso as proponentes interponham recursos administrativos por meio de correio eletrônico (e-mail), esses deverão ser transmitidos ao Presidente dentro do prazo recursal e seus originais, protocolados, pela proponente, no prazo previsto, conforme subitem 12.4, sob pena de ser considerado deserto ou prejudicado.

CAPÍTULO XIII

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

À proponente vencedora, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

13.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

13.2. MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Edital. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à proponente vencedora serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou proponente vencedora, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4;
- IV. pela execução da prestação de serviços em desacordo com o Termo de Referência – Anexo VII, na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:
 - a) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas contempladas no projeto executivo, sem afetar a segurança e a solidez da obra;
 - b) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do elemento, sem

- afetar a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela da obra sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
- c) 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas contempladas no projeto executivo ou normas especializadas.
- V. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela proponente vencedora, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene no canteiro de obras; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho e da segurança do trânsito; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução da obra; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
- VI. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4;
- VII. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme subitem 5.3, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da proponente vencedora, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4;
- VIII. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4;
- IX. pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4;
- X. pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 16.5 e 16.6 deste Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no subitem 13.4.

13.3. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitem anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à proponente vencedora a penalidade descrita no subitem 13.4.

13.4. **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal** pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando a proponente vencedora:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial da obra, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
- IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

13.5. **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

13.6. Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

13.7. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

13.8. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

13.9. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.10. Será assegurado à proponente vencedora o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

13.11. As multas e o seu pagamento não eximirão a proponente de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

13.12. O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

13.13. Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da proponente ou contratada, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

13.14. As penalidades aplicadas à proponente serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

13.15. Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à proponente vencedora.

CAPÍTULO XIV

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

14.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, as licitantes interessadas poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

14.1.1. As solicitações de **esclarecimentos e providências** poderão ser realizadas por forma eletrônica, pelo e-mail comissaorecepcao@samaecaxias.com.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.1.2. As solicitações de **impugnações** deverão ser realizadas por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do preâmbulo deste Edital.

14.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.3. Caberá à Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, se a situação ensejar alteração de data.

14.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pela Comissão de Recepção acompanharão os autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

14.6. Nas impugnações, serão avaliados o cabimento e a adequação, sendo que o mérito será julgado somente se preenchidos os requisitos intrínsecos de admissibilidade, quais sejam, interesse recursal, legitimidade e o pedido juridicamente possível, bem como os requisitos extrínsecos: a regularidade formal (assinatura, juntada de procuração) e a tempestividade (tempo hábil para a impugnação), entre outros.

CAPÍTULO XV

15. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

Em garantia ao cumprimento do contrato, e antes da assinatura, a proponente vencedora deverá caucionar, junto à Seção de Tesouraria do SAMA E, a importância equivalente a 5% (cinco por cento) de seu valor, podendo ser caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária (artigo 56, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações).

15.1. A garantia prestada pela proponente vencedora será liberada ou restituída, mediante solicitação protocolada e encaminhada à Seção de Contadoria do SAMA E, após a execução do contrato.

15.2. A caução responderá automaticamente pelo inadimplemento das condições contratuais e por eventuais multas aplicadas, independentemente de outras cominações legais, quando for o caso.

15.3. A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

15.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento das obrigações contratuais;
- II. prejuízos causados à autarquia decorrentes de culpa ou dolo, por parte do contratado, durante a execução contratual;
- III. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;
- IV. obrigações trabalhistas e previdenciárias, de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada; e
- V. prejuízos derivados de atos culposos, omissos ou comissivos, causados pela Contratada, ou seus prepostos, durante a execução contratual.

15.4.1. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados neste subitem.

15.4.2. No caso de alteração ou prorrogação da vigência contratual, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

CAPÍTULO XVI

16. DO CONTRATO

Transcorrido o prazo recursal, nos termos do art. 109, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, a proponente vencedora será convocada pelo SAMAE, por escrito, para, num prazo de 10 (dez) dias corridos, assinar o instrumento contratual.

16.1. A minuta do contrato é parte integrante do Edital e o acompanha em cumprimento ao art. 40, parágrafo 2º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, cujo objetivo é informar à proponente os termos em que será firmada a contratação.

16.2. No caso de a proponente vencedora se recusar a assinar o contrato, no prazo referido anteriormente, o SAMAE convocará a proponente classificada em segundo lugar para a assinatura, em prazo idêntico e nas mesmas condições da primeira classificada, inclusive quanto aos preços. Caso a proponente classificada em segundo lugar não atenda à convocação, poderão ser convocadas, sucessivamente, as demais proponentes, na ordem de classificação ou poderá ser revogada a licitação.

16.3. A assinatura do Contrato será realizada na Assessoria Jurídica do SAMAE, na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, 4º andar, Caxias do Sul – RS, com imediato encaminhamento à publicação.

16.4. A execução do Contrato, no que se refere aos serviços relativos à Divisão de Água, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa dos servidores Cassiano Zeni Vargas e Adriano Bolesina, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá ao servidor Gerson Antônio Panarotto, Diretor da Divisão de Planejamento Integrado do SAMAE.

16.4.1. A execução do Contrato, no que se refere aos serviços relativos à Divisão de Esgoto, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMAE, na pessoa das servidoras Bruna Schio e Miriam Casagrande, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá a servidora Josiane Nunes, Diretora da Divisão de Esgoto do SAMAE.

16.4.2. A fiscalização de que trata o subitem anterior será exercida no interesse do SAMAE.

16.4.3. A fiscalização realizada pelo SAMAE não exclui, nem reduz, a responsabilidade da proponente vencedora pela execução dos serviços.

16.4.4. Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a proponente vencedora de suas obrigações e pela perfeita execução do objeto.

16.4.5. A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à proponente vencedora qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

16.4.6. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela proponente vencedora, sem qualquer ônus para o SAMA E.

16.4.7. Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da proponente vencedora.

16.5. Para a assinatura do Contrato, em atendimento aos incisos IV e V, subitem 8.10, deste Edital, a proponente vencedora deverá apresentar qualquer um dos seguintes documentos, em cópia autenticada:

- I. ato Constitutivo e/ou Contrato Social Registrado, quando o profissional for sócio da empresa;
- II. carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou ficha funcional;
- III. contrato de Prestação de Serviços, devidamente assinado pelo responsável técnico e pelo responsável legal da proponente.

16.6. A proponente terá prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento da ordem de início dos serviços, emitida pelo SAMA E, para apresentar:

16.6.1. Cópia das ART's (Anotações de Responsabilidade Técnica) referente à execução dos serviços e comprovante de pagamento da respectiva taxa junto ao CREA.

- I. Não será aceita a entrega de ART em modo rascunho.

CAPÍTULO XVII

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

17.1. Por se tratar de serviços de pequeno porte em vários locais no SAMA E, o aceite dos trabalhos será realizado pela fiscalização de forma mensal juntamente com a medição mensal para posterior pagamento.

17.2. O critério para o aceite do serviço será a qualidade do serviço empregado e norteado pelas Normas Técnicas e primando pelas boas práticas da construção civil.

17.3. Poderá ser emitido o Termo de Recebimento do serviço realizado, com a finalidade de emissão de Atestado Técnico, porém será exigido pelo menos um período contratual, ou seja, período de 12 (doze) meses.

17.4. O SAMA E exigirá da proponente vencedora reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto não realizado, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII, bem como em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. O SAMA E definirá, de comum acordo com a proponente vencedora, o prazo para a solução de problemas encontrados na vistoria.

CAPÍTULO XVIII

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial, autenticados digitalmente ou emitidos via Internet.

18.1.1. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitos à verificação de sua autenticidade por meio de consulta realizada na sessão.

18.1.2. Todos os documentos deverão ser apresentados, se possível, em folha tamanho A4.

18.1.3. Os documentos apresentados, em original ou cópia autenticada, não serão devolvidos.

18.1.4. Não será aceito protocolo ou requerimento de pedido de emissão de documentos.

18.1.5. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar os documentos (termo de credenciamento, procuração, declarações e outros), a falta de qualquer uma das assinaturas invalida o(s) documento(s) para a finalidade aqui proposta.

18.2. Após a abertura do primeiro envelope da documentação, quando se dá início à sessão, não será aceita a participação de nenhuma outra proponente, nem permitidos adendos ou alterações às ofertas e aos documentos apresentados.

18.3. Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes lacrados e, devidamente, rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes, ficarão sob a guarda do Presidente, sendo exibidos às licitantes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos.

18.4. A autenticação de documentos e o reconhecimento de firma, feitos pelo SAMAE, deverão ser solicitados até, no máximo, meia hora antes da abertura da licitação. Caso a proponente não autentique os documentos ou reconheça firma junto ao SAMAE até o prazo mencionado, deverá fazê-lo por outro meio.

18.5. Não será concedido prazo para apresentação de documentos e propostas exigidos no edital e não apresentados na sessão de abertura, salvo o disposto no artigo 48, parágrafo 3.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e no artigo 43, parágrafo 1.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

18.6. Não serão aceitos documentação, propostas, impugnações ou pedidos de esclarecimentos enviados por fac-símile e/ou apresentados em papel térmico do tipo usado em aparelhos de fac-símile.

18.6.1. Não serão aceitas impugnações enviadas por qualquer meio eletrônico de transmissão de dados.

18.7. Os envelopes contendo as propostas que, porventura, não forem abertos na sessão e não forem devolvidos à proponente, no certame, permanecerão em poder do Presidente. Se não forem retirados em até 30 (trinta) dias após aquele prazo, serão inutilizados.

18.8. Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para livre exame e rubrica.

18.9. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

- Anexo I – Modelo de Termo de Credenciamento;
- Anexo II – Modelo de Declaração de Habilitação e Idoneidade;
- Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento para ME/EPP;
- Anexo IV – Modelo de Declaração que Não Emprega Menores e Conformidade com o Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações);
- Anexo V – Proposta de Preços;
- Anexo VI – Minuta de Contrato;
- Anexo VII – Termo de Referência.

18.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.10.1. O SAMA E poderá aceitar, total ou parcialmente, qualquer proposta ou a todas rejeitar, sem que caiba à proponente direito à indenização.

18.11. Da sessão pública, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das proponentes participantes, das propostas escritas, da análise da documentação exigida para habilitação e da manifestação da intenção de interpor recurso, com a devida motivação. A ata será assinada pelo Presidente, pelos vogais e pelos representantes presentes.

18.12. Somente terão direito a usar a palavra, rubricar a documentação e as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas as proponentes ou seu representante credenciado e a Comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações.

18.13. Caso haja necessidade de suspensão da Sessão Pública, o Presidente da Comissão de Recepção designará nova data para a continuidade dos trabalhos, ficando intimadas, no mesmo ato, as proponentes presentes.

18.14. É facultada ao Presidente ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveria constar no ato da sessão pública, ressalvada a previsão do parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

18.15. A apresentação da proposta pela proponente implica aceitação deste edital, bem como das normas legais que regem a matéria e, se porventura, a proponente for declarada vencedora, o cumprimento de todas as disposições contidas nesta licitação.

18.16. Serão consideradas como inexistentes quaisquer condições trazidas pela proponente, alheias às discriminadas por este Edital, especialmente propostas alternativas.

18.17. O não cumprimento de qualquer item deste Edital implicará a inabilitação da proponente e/ou desclassificação da proposta.

18.18. Os Anexos deverão ser devidamente preenchidos ou, se emitidos pela proponente, contendo todos os dados constantes dos modelos fornecidos pelo SAMA E, perfeitamente legíveis, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datados e assinados, sob pena de inabilitação ou desclassificação.

18.19. Não serão levadas em consideração quaisquer vantagens não previstas neste Edital.

18.20. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente a justificar tal conduta, devendo, se for o caso, anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiro; mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.21. A adjudicação e a homologação desta licitação são de competência do Diretor-Presidente do SAMA E.

18.22. Servidores Municipais, assim considerados aqueles do artigo 84, “caput” e parágrafo 1.º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, estão impedidos de participar deste certame licitatório, (tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários), por determinação do artigo 9.º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, tendo em vista a vedação expressa de contratar com o Município, contida no artigo 22, da Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul, bem como artigo 242, incisos XXI a XXIV, do Estatuto dos Servidores do Município de Caxias do Sul.

18.23. O trâmite do procedimento licitatório estará disponível no endereço eletrônico <http://www.samaecaxias.com.br/Edital>, juntamente com cópia digital, em formato PDF, dos documentos gerados no decorrer do certame, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante a obtenção ou consulta desses documentos.

18.24. O processo licitatório encontra-se à disposição dos interessados na Gerência de Licitações, localizada na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615 – Centro, em Caxias do Sul/RS, no horário de expediente.

18.25. Informações por telefone, somente no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou pela Internet, pelo site www.samaecaxias.com.br, em Licitações:

- I. esclarecimentos referentes ao Termo de Referência desta Concorrência Pública: Cassiano Zeni Vargas: (54) 32208600, ramal 422, (54) 99139-0025;
- II. certificado de registro cadastral: (54) 32208602 ou 32208608;
- III. editais: (54) 32208687, 32208621, 32208631, 32208630 e 32208602;
- IV. comissão Permanente para Recepção e Julgamento de Licitações: comissaorecepcao@samaecaxias.com.br;
- V. gerência de licitações: compras@samaecaxias.com.br.

Caxias do Sul, 05 de junho de 2019.

Carlos Alberto Nicolini,
Administrador.

Alex Sandro da Rosa Dias,
Diretor Financeiro-
Substituto.

Adm. Gabriel Sperandio Milan,
Diretor-Presidente do SAMA E.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Prezado(s) Senhor(es):

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e CPF n.º
_____, a participar da licitação promovida pelo Serviço
Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMA E, na modalidade Tomada de Preços, na
qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para se pronunciar em nome
da empresa _____, CNPJ n.º
_____, inclusive interpor e desistir de recursos em
todas as fases e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no
subitem 18.1.5)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E IDONEIDADE

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a)
_____, (cargo na empresa)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, para

fins de direito, **DECLARA**, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. cumpre os requisitos de habilitação;
- II. **não foi declarada inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas, nos termos do inciso IV, artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venham a alterar a atual situação da empresa, quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e econômico-financeira;
- III. possui conhecimento de todas as informações contidas no Edital;
- IV. a proposta atende integralmente aos requisitos constantes do Edital, e
- V. atende a todas as exigências de **habilitação** contidas no referido Edital.

Por ser a expressão da verdade, firma o presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 18.1.5)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA ME/EPP

_____, CNPJ _____ n.º _____,
_____, por meio de seu Responsável Legal, e Contador ou
Técnico em Contabilidade, DECLARA, expressamente, sob as penas da lei, que:

- I. encontra-se enquadrada, em atendimento à Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, como:
() microempresa, OU
() empresa de pequeno porte;
- II. não está enquadrada em nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;
- III. o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu ao limite fixado nos incisos I e II, do art. 3.º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, e
- IV. tem conhecimento dos artigos 42 a 49, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, estando ciente da obrigatoriedade de declarar posteriores impeditivas de tal habilitação, em cumprimento ao § 2º, artigo 32, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Responsável Legal da Proponente.

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 18.1.5)

Nome completo, número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade e assinatura do contador ou técnico em contabilidade da empresa.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES E CONFORMIDADE COM O ART. 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

_____, inscrita no CNPJ sob o n.º
_____, através de seu responsável legal, Sr.(a).
_____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º
_____ e do CPF n.º _____, DECLARA que
não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem
menores de 16 (dezesesseis) anos, conforme disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição
Federal (Lei Federal n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999 e alterações).

Ressalva (assinalar a opção): emprega menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de
aprendiz:

() Sim

() Não

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no
subitem 18.1.5)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

Nº Item	Descrição do item	Proposta					
		Quantidade.	Unid.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)	% BDI	% Encargos Sociais
1	Manutenção de Cavaletes, Ramais, Redes, Adutoras e Coletoras						
	<i>Serviços</i>						
1.1	Sinalização de trânsito	2.000,00	m				
1.2	Demolição de pavimentação asfáltica esp. Até 15cm, inclusive carga e transporte (Apenas Demolição).	210,00	m ²				
1.3	Escavação manual de vala com profundidade menor ou igual a 1,30 m. AF_03/2018.	110,00	m ³				
1.4	Escavação mecanizada até H=1,50m.	40.000,00	m ³				
1.5	Escavação mecanizada de H=1,50m até H=3,00m.	27.500,00	m ³				
1.6	Escavação mecânica de vala de h=3,00m até h=4,50m.	1.300,00	m ³				
1.7	Escavação mecânica de vala de h=4,50m até h=6,00m.	200,00	m ³				
1.8	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba: 0,26 m ³ / Potência: 88 HP), Largura de valo 0,8 A 1,5 M, Profundidade de até 1,50m com solo de 1ª categoria em locais com alto nível de interferência IA. AF_04/2016.	34.750,00	m ³				

1.9	Reaterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m ³ / potência: 111 hp), largura de 1,5 a 2,5m, profundidade 1,5m até 3,0m, com solo de 1ª categoria em locais com alto nível de interferência. af_04/2016.	17.500,00	m ³				
1.10	Reaterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m ³ / potência: 111 hp), largura até 1,5m, profundidade 3,0m até 4,5m, com solo de 1ª categoria em locais com alto nível de interferência. af_04/2016.	1.200,00	m ³				
1.11	Reaterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica (capacidade da caçamba: 0,8 m ³ / potência: 111 hp), largura 1,5m a 2,5m, profundidade de 4,5m a 6,0m, com solo de 1ª categoria em locais com alto nível de interferência. af_04/2016.	250,00	m ³				
1.12	Embasamento de material granular - pó de pedra.	15.300,00	m ³				
1.13	Repavimentação em asfalto (remoção e repavimentação).	10.000,00	m ²				
1.14	Desmonte Manual de Alvenaria e Pavimentação.	90,00	m ²				
1.15	Alvenaria de tijolos maciços esp. 10cm.	280,00	m ²				
1.16	Reassentamento de paralelepípedo sobre colchão de pó de pedra esp. 10cm (Excluído cimento asfáltico da composição, código 41899).	10.000,00	m ²				
1.17	Calçada em concreto armado, moldado in loco, esp. 6cm, acabamento convencional, com tela 5.0mm - malha 10 x 10cm.	1.000,00	m ²				

1.18	Execução de piso intertravado, cor natural 20 X 10 cm, Esp. 6cm (com reaproveitamento), com remoção.	600,00	m ²				
1.19	Execução de piso de basalto (com reaproveitamento), com remoção.	8.000,00	m ²				
1.20	Execução de envelope de concreto.	20,00	m ³				
1.21	Concreto usinado convencional (não bombeável) classe de resistencia C15, com brita 1 e 2, SLUMP = 80 mm +/- 10 mm (NBR 8953).	20,00	m ³				
1.22	Conserto em rede de esgoto pluvial 300mm, incluído tubos, máquinas e mão de obra.	20,00	m				
1.23	Conserto em rede de esgoto pluvial 400mm, incluído tubos, máquinas e mão de obra.	30,00	m				
1.24	Conserto em rede de esgoto pluvial 500mm, incluído tubos, máquinas e mão de obra.	35,00	m				
1.25	Conserto em rede de esgoto pluvial 1000mm, incluído tubos, máquinas e mão de obra.	10,00	m				
1.26	Laje de concreto pré-moldada, incluindo assentamento de tampão de ferro fundido.	100,00	un				
1.27	Montagem de tampão DN 150 ou 200, c/ envoltório de concreto armado para TIL e IT.	500,00	un				
1.28	Transporte de caminhão basculante capacidade de 10 m ³ (trajeto considerado 10 km por viagem).	345.000,00	m ³ xKm				
1.29	Caminhonete cabine simples com motor 1.6 flex, câmbio manual, potência 101/104 cv, 2 portas - chi diurno. Af_11/2015 – Deslocamento.	210,00	h				
1.30	Guindauto hidráulico, caminhão munck carroceria.	90,00	h				

	<i>Consertos Água e Esgoto</i>						
1.31	Conserto de cavalete e ramal de água.	5.200,00	un				
1.32	Serviço de substituição de tampas DN 100 a 250mm.	400,00	un				
1.33	Conserto de rede de distribuição de água/coletoras de esgoto (32 à 170mm).	3.400,00	un				
1.34	Serviço de substituição de Til de ligação de esgoto, tampas 600mm.	800,00	un				
1.35	Conserto de subadutoras de água/coletoras de esgoto (180 à 300mm).	215,00	un				
1.36	Serviço de substituição de Til radial, de passagem, CAP (150 à 300mm).	125,00	un				
1.37	Conserto de adutoras de água/coletoras de esgoto (310 à 500mm).	45,00	un				
1.38	Serviço de substituição de PV DN 600mm.	25,00	un				
1.39	Conserto de adutoras de água/coletoras de esgoto (600 à 1000mm).	23,00	un				
1.40	Serviço de substituição de PV DN 800mm.	5,00	un				
2	Pesquisa Vazamentos Ocultos						
2.1	Encanador Hidráulico ou Bombeiro Hidráulico.	1.000,00	h				
2.2	Auxiliar de Encanador Hidráulico ou Bombeiro Hidráulico.	1.000,00	h				
3	Administração de Contrato						
3.1	Locação de pavilhão, para uso de infraestrutura do contrato.	12,00	mês				
3.2	Placa de obra em chapa galvanizada (0,60x0,60)m.	6,48	m ²				
3.3	Engenheiro civil residente de obra com encargos complementares.	480,00	h				
3.4	Encarregado de obras ou coordenador inclusive encargos sociais.	12,00	mês				

3.5	Auxiliar administrativo para controle ou operador de rádio comunicação inclusive encargos sociais.	12,00	mês				
TOTAL GERAL (R\$):							
TOTAL GERAL POR EXTENSO:							
DECOMPOSIÇÃO DOS CUSTOS (Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal).							
I) Custos com pessoal (mão-de-obra e serviços), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas,.....R\$:							
II) Custos com materiais, equipamentos e veículos, tributação/lucro, etc....R\$:							
TOTAL GERAL para os 12 (doze) meses (I + II).....R\$:							

Obs. Os quantitativos acima foram estimados para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por se tratar de contrato por preço unitário, os quantitativos poderão variar para mais ou para menos, considerando-se sempre os preços unitários propostos, sem que importa em obrigações ao SAMA E cumprir estes quantitativos.

I. Identificação da Proponente:

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

II. Identificação do Representante (se houver):

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

Fone:

Contato:

E-mail:

III. Identificação do Responsável junto ao SAMA E pela solução de problemas que porventura venham a ocorrer.

Nome:

Endereço:

Cidade/Estado:

CEP:

CNPJ:

CPF (se pessoa física):

Fone:

Contato:

E-mail:

_____, _____ de _____ de 2019.

Nome completo e assinatura do Responsável Legal da Proponente

(Se PROCURADOR, anexar cópia da PROCURAÇÃO autenticada ou com o original e observar o disposto no subitem 18.1.5)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E , REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO HIDRÁULICA E LIMPEZA, VISANDO O CONserto DE TUBULAÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA BRUTA, POTÁVEL E DE ESGOTO EM PVC/PBA, PVC/DEFOFO, PEAD, FERRO FUNDIDO DE VÁRIOS DIÂMETROS, EM DIVERSOS PONTOS DO MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL - RS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMA E, Autarquia do Município de Caxias do Sul – RS, com sede na Rua Pinheiro Machado, n.º 1615, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, _____, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, adiante denominado simplesmente "SAMA E", inscrito no CNPJ sob o n.º 88.659.313/0001-05 e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, por seu representante legal, Sr(a) _____, CPF n.º _____, abaixo assinado, adiante denominada simplesmente "CONTRATADA" celebram o presente contrato, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Elementos Constitutivos, Amparo Legal e Dotação Orçamentária

O presente contrato é celebrado à vista do contido no processo administrativo n.º _____, que trata da Concorrência Pública n.º 001/2019, Termo de Referência, proposta da CONTRATADA e Empenho n.º _____, de _____ de _____ de 2019, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações; Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e alterações; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações; Lei Municipal n.º 5.285, de 29 de novembro de 1999 e alterações; e Decreto Municipal n.º 18.364, de 29 de agosto de 2016 e demais legislação pertinente à matéria, as regras e condições estabelecidas no Edital e anexos que o integram.

Parágrafo único – As despesas, objeto do presente Edital, serão atendidas com recursos próprios do SAMA E, classificados na dotação orçamentária, consignada no presente exercício financeiro, sob os códigos 03.05 – DAG – 17.512.013.2.343 – 3.3.90.39.99.06.00.00, 03.05 – DAG – 17.512.013.2.343 – 3.1.90.34.01.02.00.00, 03.06 – DEG – 17.512.005.2.344 – 3.3.90.39.99.06.00.00, 03.06 – DEG – 17.512.005.2.344 – 3.1.90.34.01.02.00.00 e, do próximo, a consignar.

CLÁUSULA SEGUNDA – Objeto do Contrato

Contratação de empresa para prestação de serviços e mão de obra, com o fornecimento parcial dos materiais e equipamentos necessários, para execução de serviços de manutenção hidráulica e limpeza, visando o conserto de tubulações de abastecimento de água bruta, potável e de esgoto em PVC/PBA, PVC/DEFOFO, PEAD, Ferro Fundido de vários diâmetros, em diversos pontos do município de Caxias do Sul - RS, conforme Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

Parágrafo único – A execução dos serviços obedecerá fielmente ao Termo de Referência – Anexo VII, do Edital, as normas da ABNT, outras normas, quando citadas; além dos demais dispositivos legais vigentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – Preço

O SAMA E pagará à CONTRATADA o valor correspondente a R\$.....(.....) pelo fornecimento do objeto descrito na cláusula anterior, conforme Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	UN	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	% BDI	% ENCARGOS SOCIAIS
------	-----------	--------	----	----------------------------	-------------------------	----------	--------------------------

.....

§ 1º Os quantitativos acima foram estimados para fins de orçamento, julgamento e empenho. Por se tratar de contrato por preço unitário os quantitativos poderão variar, para mais ou para menos, considerando-se sempre os preços unitários propostos.

§ 2º O preço contratado será considerado completo e suficiente para o fornecimento do objeto deste Contrato, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação por parte CONTRATADA.

§ 3º O preço contratado é cotado em moeda corrente nacional, não sendo permitido seu reajuste, exceto em decorrência de mudanças que venham a ocorrer na legislação, nele estando incluídos todos os custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e tributários, comerciais, tarifas, fretes, seguros, alojamento, alimentação, assistência médica e social, descarga, transporte, materiais, os equipamentos de proteção individual e coletiva ao pessoal que desenvolverá as atividades, o transporte de pessoal, materiais e equipamentos ao local dos serviços, maquinários, veículos, ferramentas, abertura e fechamento de vala, compactação, sinalização, limpeza, recolhimento de entulhos, a confecção e a instalação das placas de identificação da obra, o fornecimento e a instalação dos materiais e equipamentos, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços e/ou materiais, objeto desta licitação, para a perfeita

execução dos serviços, de acordo com o Termo de Referência, constantes no Anexo VII, do Edital.

§ 4º A inadimplência da CONTRATADA com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao SAMA E a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 5º A CONTRATADA deverá atender integralmente às exigências do Edital e seus Anexos, sob pena de não faturar serviços realizados, mas não previstos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Serviços

A execução dos serviços deverá atender ao que dispõe os subitens 5.3 e 14 do Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – Materiais

§ 1º Os materiais hidráulicos necessários à execução dos serviços serão fornecidos antecipadamente à CONTRATADA através de “kit’s”. Os mesmos deverão ser retirados no Almoxarifado da Autarquia, mediante assinatura no termo de retirada e a baixa dar-se-á através da compilação dos dados constantes nas ordens de serviço executadas. A CONTRATADA deverá definir, antecipadamente à primeira retirada de materiais, os nomes das pessoas autorizadas a retirar materiais junto ao Almoxarifado do SAMA E. Somente serão fornecidos materiais aos funcionários previamente autorizados pela CONTRATADA.

§ 2º Todo material utilizado na execução do serviço deverá ser anotado na ordem de serviço para controle e reposição do kit.

§ 3º O Responsável Técnico responderá pelo controle dos materiais retirados pelas equipes da contratada no Almoxarifado do SAMA E. Dele será cobrada a utilização adequada e racional dos mesmos, assim como a adequação entre o material descrito na ordem e o serviço executado.

§ 4º Na eventual necessidade de retirada de peças e conexões específicas não constantes do Kit fornecido à equipe contratada, as mesmas deverão ser retiradas junto ao Almoxarifado ou depósito de peças e tubos do SAMA E mediante liberação do fiscal dos serviços.

§ 5º O SAMA E fornecerá apenas materiais hidráulicos para os consertos, sendo que, materiais de construção civil tais como, cimento, areia, madeira e outros para execução de blocos de ancoragem e escoramento de valas, material importado, pó de brita para reaterro de vala ou repavimentação, tijolos, tubos, pedras, dutos e outros materiais não relacionados no Termo de Referência – Anexo VII, do Edital e que sejam necessários para reconstrução de caixas de registros, redes de drenagem e outras estruturas que interferirem nos trabalhos de conserto,

não serão fornecidos pelo SAMA E, cabendo à CONTRATADA dispor de local próprio para depósito, fornecendo e empregando-os sempre que necessário.

CLÁUSULA SEXTA - Pessoal

O pessoal necessário à prestação dos serviços objeto deste contrato deverá atender ao que dispõe o subitem 5.1 do Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - Veículos, equipamentos e ferramentas

Os veículos, equipamentos e ferramentas necessários à prestação dos serviços objeto deste contrato deverão atender ao que dispõe o subitem 5.4 do Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

CLÁUSULA OITAVA - Horário de trabalho

§ 1º A CONTRATADA deverá ter equipes a disposição do SAMA E das 7h30min às 24 horas diariamente, inclusive sábados, domingos, feriados e dias decretados ponto facultativo. O horário de trabalho dos Setores de Manutenção de água e de esgoto do SAMA E é das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, diariamente. Fora destes horários, o SAMA E manterá equipe de fiscais de plantão.

§ 2º Os serviços serão passados via rádio e/ou telefone celular ao Supervisor da CONTRATADA ou à Central de Recepção da CONTRATADA estabelecida para este fim, que se encarregará de repassar as ordens para as equipes que entender pertinente. As ordens de Serviço propriamente ditas deverão ser retiradas e devolvidas diariamente com o Supervisor de Fiscalização, junto à Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica para as Ordens de serviços da Divisão de Água e junto a Gerência de Redes de esgoto para a Divisão de Esgoto, no horário acima mencionado.

§ 3º Considerando que ocorrem eventos que exigem manutenção em dias de chuva, a CONTRATADA deverá estar preparada para a realização de tais serviços quando necessário, desde que tecnicamente viáveis.

§ 4º O atendimento no período da noite, das 17:30 às 07:30 horas, desde que não sejam deixadas Ordens de Serviço acumuladas dos trabalhos diurnos, será em regime de plantão. A empresa deixará seu supervisor ou responsável técnico encarregado de receber eventuais chamados para consertos noturnos devendo disponibilizar tantas equipes quantas forem necessárias para os atendimentos considerados emergenciais. Ficará a critério da fiscalização determinar os atendimentos considerados emergenciais, entretanto, para fins de orientação, considerar-se-á como emergenciais consertos de redes adutoras, de redes distribuidoras onde fiquem fechados setores importantes ou situações onde haja risco ao tráfego ou às propriedades do entorno. Consertos onde haja risco de alagamentos de residências devido a problemas na rede de esgoto.

CLÁUSULA NONA - Prazo de execução dos serviços

§ 1º Os procedimentos de manutenção deverão ser iniciados no prazo máximo de 04 (quatro) horas após terem sido comunicados via rádio, telefone ou aplicativo. A recomposição de calçada, paralelepípedo e asfalto, quando houver, deverá ser executada em até 4 dias úteis. No intervalo deste tempo o local deverá ser protegido conforme Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

§ 2º Todo serviço que não puder ser executado dentro dos prazos estabelecidos, deverá ter justificado o motivo da não execução.

§ 3º A fiscalização do SAMA E passará preliminarmente em todos os locais das Ordens de Serviço geradas a fim de confirmar a necessidade dos serviços providenciando, sempre que possível e que necessário, o fechamento dos registros de manobra e/ou tamponando (batoqueando) os ramais que estiverem aparentes.

§ 4º Para a solução de dificuldades surgidas na execução dos serviços será acionada a fiscalização que entrará em contato com a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto para apoio técnico, sempre que necessário.

§ 5º Os serviços serão executados em diversos pontos do Município de Caxias do Sul - RS.

CLÁUSULA DÉCIMA - Equipe Técnica e Identificação dos Funcionários

A equipe técnica que desenvolverá os serviços será composta pelos seguintes funcionários: (relacionar nome e função).

.....

§ 1º A CONTRATADA deverá observar o § 10, do art. 30, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, quando houver qualquer alteração do quadro funcional designado para a execução dos serviços.

§ 2º A CONTRATADA somente poderá substituir os membros da equipe técnica, mediante prévia concordância do SAMA E, apresentando o acervo técnico do novo profissional a ser incluído na equipe técnica, que deverá ser igual ou superior ao anterior.

§ 3º Identificação do responsável pelos contatos e pela solução dos problemas que por ventura venham a ocorrer (nome, telefone, e-mail).

.....

§ 4º Em atendimento ao subitem 16.5 do Edital, a CONTRATADA apresentou a seguinte documentação, em comprovação:

.....

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Subcontratação dos serviços

É vedado o consórcio entre empresas. A execução dos serviços deverá ser realizada, exclusivamente, pela CONTRATADA, sendo vedados, também, a terceirização, a subcontratação, o subempreitamento ou a transferência, parcial ou total, dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Condições de pagamento

O pagamento da Nota Fiscal, conferida e liberada pelo fiscal do contrato, responsável pelo acompanhamento da sua execução, será efetuado no 10º (décimo) dia útil, contados da sua apresentação. Se, no décimo dia útil, não houver expediente na Autarquia, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 1º O intervalo de tempo, para serviços prestados, entre o dia 20 de determinado mês e o dia 19 do mês subsequente, é denominado período.

§ 2º A nota fiscal, contendo, no mínimo, o número do contrato, o período de execução do serviço e, quando aplicável, o número do Cadastro Específico do INSS – CEI, deverá ser entregue na Divisão Financeira do SAMA E, até o último dia útil do mês da prestação dos serviços.

§ 3º O primeiro e o último pagamentos serão proporcionais ao número de dias trabalhados do período referente à prestação de serviços.

§ 4º Para fins de pagamento, deverão ser informados, na Nota Fiscal, os dados bancários, contendo o nome e o número do banco, da agência e da conta corrente em nome da CONTRATADA. A conta corrente deverá estar em nome da CONTRATADA. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.

§ 5º Sob pena de suspensão, o pagamento está condicionado à apresentação de cópia dos documentos abaixo relacionados, juntamente com a Nota Fiscal, com exceção da primeira medição:

I. Mensalmente:

- a) Folha de pagamento mensal, acompanhada dos recibos de pagamento da remuneração, inclusive de férias e 13º salário, devidamente quitados e/ou arquivos de retorno bancário que comprovem a quitação dos salários, do pessoal alocado para efetuar os serviços referentes ao objeto do contrato;
- b) Relatório individual de efetividade da equipe designada para execução dos serviços (cartão-ponto ou folha-ponto);
- c) Guia de recolhimento ao FGTS e de informações à Previdência Social – GFIP completa (protocolo de envio, relação de trabalhadores e comprovante de declaração das contribuições a recolher à Previdência Social), relativa ao mês anterior ao da emissão

- da nota fiscal, juntamente com o comprovante de recolhimento do FGTS;
- d) Guia de Previdência Social (GPS) relativa ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal, juntamente com o comprovante de recolhimento;
 - e) Certificado de regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
 - f) Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal;
 - g) Certidão de Situação Fiscal, expedida pela Receita Estadual;
 - h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, e
 - i) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio da CONTRATADA.

II. Anualmente ou quando ocorrer o fato:

- a) Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;
- b) Ficha de registro de empregado e contrato de trabalho, e
- c) Aviso prévio, pedido de demissão e termos de rescisão do contrato de trabalho.

§ 6º Os documentos fiscais e trabalhistas, que não expressarem o prazo de validade, deverão ter a data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 7º A qualquer tempo o SAMA E poderá solicitar outros documentos, além dos mencionados no § 5º.

§ 8º A última parcela do contrato somente será quitada, para todos os casos, conforme alínea “b”, inciso I, do art. 73, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

§ 7º Serão observadas, também, as condições descritas no subitem 4 do Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

§ 8º Deverão ser emitidas separadamente notas fiscais para serviço de água e serviço de esgoto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Obrigações do CONTRATANTE

§ 1º Receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado.

§ 2º Receber o objeto contratado e lavrar Termo de Recebimento Provisório. Se o objeto contratado não estiver de acordo com as especificações do CONTRATANTE, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo.

§ 3º Efetuar o pagamento no prazo estabelecido na Décima Segunda do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Obrigações da CONTRATADA

§ 1º Arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, materiais, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os materiais, objeto deste contrato.

- I. Entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, materiais e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Contrato.

§ 2º Indenizar terceiros e ao contratante os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo 70, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 3º Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

§ 4º Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 5º Readequar os serviços reprovados pela Fiscalização do Contrato, no prazo estabelecido.

§ 6º Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

§ 7º Responder pela qualidade, quantidade, validade, segurança e demais características dos serviços, bem como a observação às normas técnicas.

§ 8º Informar à fiscalização do contrato, durante sua vigência, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

§ 9º Manter profissionais com habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

§ 10 Informar ao SAMA E, por escrito, sob pena de não pagamento, quando for constatada a impossibilidade de executar os serviços determinados.

§ 11 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente, pelos serviços que executar ao longo da obra devendo fazer face ao custo integral dos reparos a tais danos, que causar a outrem ou ao patrimônio alheio.

§ 12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo máximo de 24h (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

§ 13 Refazer os trabalhos que vierem a ser impugnados pela Fiscalização, correndo por sua exclusiva conta as despesas relativas a estes.

§ 14 Proporcionar supervisão adequada, durante o período do contrato, mão de obra e equipamentos qualificados e suficientes para a execução do serviço até a sua conclusão, dentro do prazo contratual.

§ 15 Fornecer equipamentos dos tipos, tamanhos e quantidades que venham a ser necessários para executar, adequada e satisfatoriamente, os serviços, tanto qualitativa como quantitativamente, sendo de sua responsabilidade a operação e manutenção de tais equipamentos.

§ 16 Providenciar máquinas, equipamentos e mão de obra compatíveis com os serviços contratados (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução dos serviços).

§ 17 Manter, durante o período do Contrato, pelo menos um técnico qualificado de nível superior, que será responsável pelo adequado andamento dos trabalhos e da segurança da obra.

§ 18 Chamar, com antecedência prévia, a fiscalização do SAMA E, para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários ao projeto básico, tomando por base as cotas fornecidas, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante a pesquisa de interferência realizada pela CONTRATADA, através dos serviços previstos de locação e pesquisa de interferência de redes existentes, caixas, cabos, postes, outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida para implantação da obra.

§ 19 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas por este instrumento, devendo, a CONTRATADA, relatar ao SAMA E toda e qualquer ocorrência nesse sentido.

§ 20 No decorrer do andamento dos trabalhos da CONTRATADA, esta deverá observar a interferência de redes existentes, caixas, cabos, postes, outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida para implantação das obras, a CONTRATADA chamará, com antecedência prévia, a Fiscalização para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários ao serviço, tomando por base as cotas fornecidas, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados “in loco” durante a pesquisa de interferência realizada pela CONTRATADA.

§ 21 A execução destes serviços obedecerá às normas técnicas recomendadas e os critérios definidos pelo SAMA E. O SAMA E se reserva, ainda, o direito de introduzir e/ou modificar os critérios de execução do serviço, sem alterar, porém, suas linhas fundamentais.

§ 22 A CONTRATADA deverá realizar os serviços, observando a prioridade estabelecida pela Supervisão da Fiscalização.

§ 23 A sinalização deverá estar presente no local do início ao fim da realização do conserto.

§ 24 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente, ao SAMA E ou a terceiros durante a execução dos serviços, devendo assumir integralmente o custo dos reparos, ou a devida indenização.

§ 25 Toda vez que for necessário o fechamento de algum setor para execução do serviço, inicialmente esta tarefa será do fiscal do SAMA E que fará a vistoria preliminar. Assim que a água for fechada o fiscal deverá avisar via rádio a central de rádio do SAMA E e também o 115 sobre a área(s) atingida(s) bem como a previsão de liberação da mesma. Caso o fiscal não saiba a localização do(s) registro(s), este deverá acionar a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica para que providencie o fechamento e comunique os setores envolvidos sobre a interrupção do abastecimento.

§ 26 Caso os serviços não possam ser concluídos por problemas técnicos, a CONTRATADA deverá fazer a limpeza, remoção dos resíduos e outros materiais utilizados, dando condições de trafegabilidade imediata ao local, deixando o local sinalizado e protegido para evitar acidente. Neste caso, constatado que a impossibilidade de atendimento não foi causada pela CONTRATADA, realizar-se-á o enquadramento similar ao dos serviços de simples deslocamento, emitindo-se nova Ordem de Serviço para conserto onde será enquadrado o item específico da manutenção quando de sua efetiva conclusão, caso a mesma possa ser realizada pela própria empresa CONTRATADA.

§ 27 Os serviços que apresentarem vazamento no período de 90 (noventa) dias, ou outro problema qualquer decorrente da má execução dos mesmos, constatados a qualquer tempo, deverão ser refeitos pela CONTRATADA imediatamente, sem custos adicionais para o SAMA E.

§ 28 Todos os serviços serão solicitados à CONTRATADA, inicialmente através de contato por rádio transmissor e/ou telefone/celular e posteriormente, entregue a ordem de serviço para pessoa indicada pela CONTRATADA, para tramitação burocrática de controle de serviço, retirada de material e fechamento da ordem de serviço. É vedado à CONTRATADA executar serviços por conta própria, sem estarem autorizados pela ordem de serviço ou contato por rádio. Somente o fiscal que acompanha a equipe tem autorização para solicitar que sejam geradas ordens de serviço.

§ 29 As ordens de serviços concluídas deverão ser devolvidas a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto, preenchidas de forma correta e

legível, com todas as informações referentes ao serviço, tais como: data de execução, assinatura do responsável pela execução, e pelo fiscal do SAMA E, materiais utilizados e dados referentes à medição.

§ 30 Quando houver dúvidas quanto à localização da rede, ou qualquer outra dificuldade constatada durante a execução do serviço, a contratada deve buscar informações inicialmente junto à fiscalização. Se houver necessidade, esta acionará o apoio técnico da Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto.

§ 31 Todas as equipes de trabalho deverão utilizar telefones celulares próprios para contatos de urgência e rádio transmissor fornecido pela CONTRATADA, instalado em seus veículos.

§ 32 SAMA E acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, sendo que a fiscalização poderá exigir que os serviços sejam refeitos se não estiverem de acordo com as normas estabelecidas. A CONTRATADA deverá realizar documentação fotográfica dos serviços e consertos realizados, e as fotos deverão ser impressas no verso da Ordem de Serviço, documentando claramente as peças utilizadas no conserto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Fiscalização

§ 1º A execução do Contrato, no que se refere aos serviços relativos à Divisão de Água, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa dos servidores Cassiano Zeni Vargas e Adriano Bolesina, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá a servidor Gerson Antônio Panarotto, Diretor da Divisão de Planejamento Integrado do SAMA E.

I - A execução do Contrato, no que se refere aos serviços relativos à Divisão de Esgoto, será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa das servidoras Bruna Schio e Miriam Casagrande, que serão responsáveis por comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção. A gestão do contrato competirá a servidora Josiane Nunes, Diretora da Divisão de Esgoto do SAMA E.

§ 2º A fiscalização de que trata a cláusula primeira será exercida no interesse do SAMA E.

§ 3º A fiscalização realizada pelo SAMA E não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA pela execução dos serviços.

§ 4º Qualquer fiscalização exercida pelo SAMA E, feita em seu exclusivo interesse, não implica corresponsabilidade pela execução do contrato e não exime a CONTRATADA de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução do objeto.

§ 5º A fiscalização do SAMA E, em especial, terá o dever de verificar a qualidade dos objetos a serem entregues e dos serviços realizados, observando a garantia mínima estipulada, podendo exigir a sua substituição quando não atender os termos do que foi proposto e contratado, sem que assista à CONTRATADA qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

§ 6º Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o SAMA E.

§ 7º Os trabalhos que vierem a ser impugnados pela fiscalização deverão ser refeitos, correndo todas as despesas por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

§ 8º Caberá, exclusivamente, à Fiscalização, julgar, rejeitar, aceitar, priorizar, retardar, interromper, definir, autorizar quaisquer serviços ou materiais que tenham envolvimento direto ou indireto na execução dos serviços, tendo como balizador o estabelecido no Termo de Referência – Anexo VII, do Edital.

§ 9º A CONTRATADA deverá submeter-se, unilateralmente, às exigências e instruções da Fiscalização e, por todos os meios, facilitar o amplo acesso da mesma aos serviços executados e materiais utilizados, atendendo-a prontamente no que lhe for solicitado.

§ 10 São de competência e de responsabilidade exclusivas da Fiscalização:

- I. fazer visitas necessárias de inspeção aos serviços, verificando se está sendo executado de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII;
- II. priorizar, retardar ou interromper a execução dos serviços, ou de algum serviço especial, de modo a atender aos interesses do SAMA E;
- III. atender aos chamados da CONTRATADA para esclarecimentos.

§ 11 A Fiscalização deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme disposto nos §§ 1º e 2º, do art. 67, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Recebimento do Objeto

§ 1º Por se tratar de serviços de pequeno porte em vários locais no SAMA E, o aceite dos trabalhos será realizado pela fiscalização de forma mensal juntamente com a medição mensal para posterior pagamento.

§ 2º O critério para o aceite do serviço será a qualidade do serviço empregado e norteados pelas Normas Técnicas e primando pelas boas práticas da construção civil.

§ 3º Poderá ser emitido o Termo de Recebimento do serviço realizado a fim de Atestado Técnico, porém será exigido pelo menos 1 período contratual, ou seja, período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 4º O SAMA E exigirá da CONTRATADA reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto não realizado, de acordo com o Termo de Referência – Anexo VII, do Edital, bem como em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados. O SAMA E definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, o prazo para a solução de problemas encontrados na vistoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Sanções Administrativas

À CONTRATADA, que cometer qualquer conduta que infrinja as condições e os prazos estabelecidos no Edital, em Contrato ou na legislação atinente à execução do objeto, ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às sanções a seguir estabelecidas, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, dentre outras:

§ 1º ADVERTÊNCIA ESCRITA, em razão de reiteração de falhas que não caibam a aplicação de sanção mais grave em virtude de serem corrigidas no prazo estipulado pela fiscalização.

§ 2º MULTA, quando descumpridos os prazos e as condições ajustados, conforme classificação de gravidade da inconformidade diagnosticada pela fiscalização designada, nos seguintes termos:

- I. pelo atraso injustificado no início, na execução e/ou na conclusão do objeto, ou parte deste, o SAMA E aplicará multa de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata dia, sobre o valor correspondente ao objeto não entregue/executado nos prazos previstos neste Contrato. Sobre o valor da multa incidirão juros de 12% (doze por cento) ao ano, calculados pró-rata dia;
 - a) Após o período de 90 (noventa) dias de atraso, será considerada rescindida a contratação, sendo aplicada a multa especificada no inciso anterior, independente das penalidades previstas no artigo 87, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.
- II. pelo inadimplemento total ou parcial do objeto, iniciado o transcurso do prazo de entrega ou não, à CONTRATADA serão aplicadas as penalidades descritas no inciso I, até a data da formalização, pelo SAMA E e/ou CONTRATADA, da desistência do fornecimento, tomando-se como período inicial, para cálculo da multa, a data da contratação;
- III. pela entrega do objeto em desacordo com o solicitado, após o prazo estipulado pela fiscalização do SAMA E para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida e poderá ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada a penalidade descrita no § 4º;
- IV. pela execução da prestação de serviços em desacordo com o Termo de Referência – Anexo VII, do Edital, na razão de 3% a 10% (três a dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, conforme abaixo:
 - a) 3% (três por cento) para inconformidade LEVE, aplicável quando evidenciados aspectos estéticos e execuções construtivas distintas das especificações técnicas contempladas no projeto executivo, sem afetar a segurança e a solidez da obra;

- b) 7% (sete por cento) para inconformidade MODERADA, aplicável quando evidenciada pela perda da funcionalidade (parcial ou total) e/ou durabilidade do elemento, sem afetar a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando é executada parcela da obra sem a prévia autorização do fiscal, impedindo a fiscalização da parcela que a antecedia;
 - c) 10% (dez por cento) para inconformidade GRAVE, aplicável quando colocado em risco a segurança da edificação e/ou a integridade física do usuário ou de terceiros; e/ou quando são utilizados componentes estruturais ou de segurança distintos das especificações técnicas contempladas no projeto executivo ou normas especializadas.
- V. pelo descumprimento das obrigações inerentes ao contrato, assumidas pela CONTRATADA, que não tenham valor definido em item de custo, tais como ausência de organização e higiene no canteiro de obras; ausência de uniforme ou identificação de funcionário da empresa; descumprimento de técnicas e normas de segurança do trabalho e da segurança do trânsito; inadequação ou ausência de equipamento e ferramentas adequadas à execução da obra; ausência de entrega de documentação exigida, após o prazo definido pela fiscalização para regularização, entre outros motivos, na razão de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por infração;
 - VI. pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal e trabalhista, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
 - VII. pela subcontratação de serviços, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e, no caso de reincidência, será cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada à CONTRATADA a penalidade descrita no § 4º;
 - VIII. pela não apresentação da documentação estipulada e/ou apresentação em desconformidade, conforme § 4º, da Cláusula Décima, no prazo estipulado pela Fiscalização do Contrato, por parte da CONTRATADA, poderá ser aplicada advertência e/ou multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor total da proposta e, poderá, também, ser imputada à CONTRATADA a penalidade descrita no § 4º;
 - IX. Pelo apontamento, por parte do Ministério do Trabalho, relativo ao descumprimento das normas relativas à segurança do trabalho, será aplicada multa na razão de 2% (dois por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, conforme a gravidade da infração cometida pela proponente, podendo, também, ser anulada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º;
 - X. Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação convencionada no presente instrumento, inclusive recusa injustificada em assinar o contrato e/ou da apresentação da documentação solicitada nos subitens 16.5 e 16.6, do Edital, o SAMA E aplicará multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do objeto contratado, ou sobre o valor total da proposta, no caso de recusa em assinar o contrato (artigo 81, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações), devidamente atualizado à data da sanção, sem prejuízo da cobrança de eventuais perdas e danos, podendo, também, ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 3º Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo SAMA E, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente à infração cometida, conforme subitem anterior, acrescida de 50% (cinquenta por cento) de seu valor, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou ser imputada a penalidade descrita no § 4º.

§ 4º **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal** pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e cancelamento do Certificado de Registro Cadastral emitido pelo SAMA E, bem como demais cominações legais, quando a CONTRATADA:

- I. apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento do procedimento licitatório ou da execução do objeto, sem motivo justificado, não manutenção da proposta, apresentar comportamento inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou praticar atos fraudulentos ou falha na execução do contrato;
- II. der causa à inexecução total ou parcial dos serviços, caracterizado pela recusa injustificada a assinatura do contrato, recusa injustificada na entrega da documentação exigida para assinatura de contrato e/ou pagamento, recusa injustificada ao início da execução dos serviços ou, ainda, pela paralisação ou abandono da execução do Contrato;
- III. reiterar falhas contratuais que caracterizem a incapacidade da empresa para execução dos serviços;
- IV. incorrer em alguma das situações previstas no art. 88, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- V. subcontratar a execução do objeto, sem a devida autorização contratual.

§ 5º **Declaração de Inidoneidade** enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a empresa executora ressarcir o SAMA E pelos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo da penalidade de suspensão do parágrafo anterior.

§ 6º Em quaisquer das situações apontadas anteriormente, poderá, também, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato.

§ 7º A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções cabíveis.

§ 8º A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação de multa.

§ 9º As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

§ 10 Será assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, previamente à aplicação das penalidades.

§ 11 As multas e o seu pagamento não eximirão a CONTRATADA de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

§ 12 O valor correspondente a qualquer multa aplicada poderá ser descontado da garantia contratual apresentada, caso houver, ou dos créditos decorrentes do contrato, ou, ainda, ser cobrada pelos meios cabíveis.

§ 13 Na aplicação das penalidades previstas, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da CONTRATADA, garantindo o direito de defesa e o contraditório, podendo deixar de aplicá-las, se acolhidas as justificativas.

§ 14 As penalidades aplicadas à CONTRATADA serão registradas no Cadastro de Fornecedores do SAMA E e, no caso de suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, encaminhadas para registro nos cadastros da Administração Direta e Indireta do Município de Caxias do Sul – RS, além do registro no CEIS – Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP – Cadastro Nacional das Empresas Punidas.

§ 15 Após a concessão do contraditório e da ampla defesa, as penalidades terão efeitos jurídicos com a publicação na imprensa oficial do Município, exceto as penalidades de advertência e multa, que terão efeitos com a comunicação formal diretamente à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Garantia dos Serviços

Os serviços executados estarão sujeitos ao cumprimento do Código Civil, no que se refere à responsabilidade técnica e vícios ocultos.

Parágrafo único – A execução dos serviços deverá atender a padrões qualitativos aceitáveis, sendo que o SAMA E recusará os que não estiverem de acordo, e as despesas decorrentes serão todas por conta da CONTRATADA, sendo reiniciada a contagem do prazo para pagamento, quando do recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Garantia de Execução

§ 1º A CONTRATADA, neste ato, prestou garantia no valor de R\$ (.....), na modalidade de; correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as condições previstas no Edital.

§ 2º O regime jurídico da garantia é aquele previsto no instrumento convocatório.

§ 3º As exigências referentes à garantia de execução contratual encontram-se descritas no Edital.

§ 4º A validade da garantia deverá abranger todo o prazo de vigência contratual. Para as modalidades títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a validade deverá abranger todo o prazo de vigência contratual, acrescida de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Vigência do Contrato e Reajuste

O presente contrato vigorará por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços, expedida pelo SAMAE, em até 05 (cinco) dias após a publicação deste Instrumento, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

§ 1º Ocorrendo a prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, será aplicada a média percentual dos índices IGP-M, IGP-DI e INPC, mediante solicitação da CONTRATADA.

§ 2º Custos com pessoal, (mão de obra e serviços), encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, conforme inciso I, da Proposta de Preços – Anexo V, do Edital, a presente contratação poderá sofrer repactuação mediante solicitação da CONTRATADA, acompanhada de planilha de composição salarial e Ata, ou equivalente, da Convenção ou Dissídio coletivo da categoria, com data vigente à época da apresentação da proposta e a nova Ata, ou equivalente, da Convenção ou Dissídio coletivo da categoria, em vigor a partir da solicitação de repactuação, acompanhada da respectiva planilha de composição salarial atualizada.

§ 3º Ocorrendo prorrogação do Contrato, para fins de reajuste, será aplicada a média percentual dos índices IGP-M, IGP-DI e INPC, mediante solicitação da CONTRATADA, para o inciso “II” – Custos com materiais, utensílios, equipamentos, tributação/lucro, etc., da Proposta de Preços – Anexo V, do Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Rescisão do Contrato

Além dos motivos enumerados nos incisos e parágrafo único do art. 78, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, o contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, independente de procedimento judicial, nos casos de:

- I. não desenvolver os compromissos assumidos neste instrumento;
- II. reiteração de impugnação, evidenciando a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento satisfatório do contrato;
- III. quaisquer das situações previstas na Décima Sétima deste instrumento;
- IV. quando ocorrerem razões de interesse público justificado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – Direitos do CONTRATANTE

A CONTRATADA, em caso de rescisão administrativa, reconhece todos os direitos do CONTRATANTE, consoante prevê o artigo 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Tolerância

Qualquer tolerância ou concessão do SAMA E para com a CONTRATADA, quando não manifestada por escrito, não terá validade e não poderá ser invocada para alterar os compromissos assumidos neste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – Foro

As partes declaram ser o foro da Comarca de Caxias do Sul – RS, competente para dirimir dúvidas que, porventura, surjam na interpretação e execução deste contrato.

E, por estarem justos e contratados entre si, firmam o presente em (02) duas vias, de igual teor e forma, em presença de 02 (duas) testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Caxias do Sul,

Diretor-Presidente do SAMA E.

Contratada.

Testemunhas:

- 1.
- 2.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 001/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE REDES DE ÁGUA E ESGOTO

1. OBJETO

2.

3. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção hidráulica e limpeza, visando o conserto de tubulações de abastecimento de água bruta, potável e de esgoto em PVC/PBA, PVC/DEFOFO, PEAD, Ferro Fundido de vários diâmetros, em diversos pontos do município de Caxias do Sul.

4.

2. FINALIDADE

O contrato de serviços de manutenção hidráulica promoverá a agilidade em consertos de adutoras, sub-adutoras, distribuidoras, ramais de derivação e cavaletes de abastecimento de água, sendo geradas por demandas de processos administrativos ou ordem de serviços.

A realização de manutenção nas redes de esgoto sanitário se faz necessário para evitar que ocorram problemas de vazamento de esgoto, gerados por redes obstruídas, quebradas ou esmagadas, dentre outros, afim de manter o sistema de esgoto sanitário em pleno funcionamento, sendo geradas por demandas de processos administrativos ou ordem de serviços.

As obras poderão ser realizadas em qualquer local dentro do município de Caxias do Sul, RS.

3. JUSTIFICATIVA

É de conhecimento que a autarquia não tem pessoal suficiente em seu quadro para suportar a demanda exigida de mão de obra para os trabalhos totais de manutenção hidráulica de água e esgoto no município de Caxias do Sul, qual justifica e se solicita o certame

para contratação de empresa privada que realize de forma rápida e econômica as atividades esplanadas neste documento conforme especificações técnicas.

O presente documento visa a contratação de mão de obra e materiais parcialmente garantindo a funcionalidade dos sistemas de redes de água e de esgoto do SAMA E.

4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os serviços de manutenção serão medidos e pagos de acordo com o objeto consertado, cavalete, ramal, coletor predial, TIL, PV, rede ou rede coletora, no caso de conserto de rede, se com ou sem pavimentação e ainda, o tipo de pavimentação.

Os quantitativos estabelecidos na planilha de proposta de preços, integrante do Edital da Licitação, foram definidos com base em médias históricas.

Não cabe ao SAMA E responsabilidade caso estes quantitativos não sejam alcançados ou sejam ultrapassados, já que as quantidades são estimadas, sendo que, em qualquer caso, o SAMA E pagará pelas quantidades de serviços efetivamente executados.

Considerando que a fiscalização dos serviços passará em todos os locais antes de repassar as Ordens de Serviço para a empresa Contratada, eventualmente, poderá acontecer, por falha de informação, o deslocamento de equipe da empresa contratada para atendimento de Ordem de Serviço de Conserto sem a necessidade efetiva de tal serviço. Nestes casos, o deslocamento será considerado o tempo de 30 minutos de camionete com cabine simples, motor 1.6 e pago pelo preço específico cotado na planilha de medição e pagamento.

Também no campo da eventualidade, poderá ocorrer de, em pesquisa de vazamento de água não visível através da utilização do geofone ou pesquisa de problema na rede de esgoto através da utilização do vídeo-localizador, as equipes de operação do SAMA E marcarem local para abertura de vala e, em serviço de manutenção, tal local não se confirmar. A critério do SAMA E, a empresa Contratada poderá ter que abrir outros locais próximos ou mesmo aumentar o tamanho da escavação no local inicialmente indicado a fim de buscar localizar o vazamento existente, normalmente próximo do local inicialmente demarcado. Para os casos de necessidade de abertura de vala em outros locais definidos pela fiscalização próximos ao inicialmente demarcado, adotar-se-á o mesmo critério de medição, até que o vazamento/problema seja definitivamente localizado ou até que seja declarada pelo SAMA E sua inexistência.

Caso a Contratada deixar de disponibilizar a equipe mínima exigida, perderá o direito de receber a parcela fixa relativa ao mês de medição correspondente.

4.1 Observações e Critérios de Pagamento

- (a) Será considerado cavalete diâmetros DN 25mm até DN 50mm;
- (b) Será considerado ramal diâmetros DN 25mm até DN 50mm;
- (c) Se o conserto for realizado com mudança de diâmetros de tubulação, será considerado o diâmetro maior;
- (d) Poderá ser descontado um deslocamento cada vez que a fiscalização do SAMAE se dirigir até o local da Ordem de Serviço, em trabalhos não finalizados e liberados para cobrança pela Contratada e poderá ser descontado um deslocamento a partir da segunda vez em casos de retrabalhos.

5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA / MEMORIAL DESCRITIVO

5.1 Pessoal

A composição das equipes, tanto no que se refere à quantidade de equipes a serem disponibilizadas como no que se refere à quantidade de funcionários de cada equipe ficará a critério da empresa contratada, entretanto deverão ser disponibilizadas tantas equipes quantas forem necessárias para atender a demanda dos serviços nos prazos estipulados. A Contratada deverá dispor, ainda, de um Supervisor Geral, responsável pelos trabalhos das equipes formadas e um Encarregado, responsável para cada área de trabalho (água e esgoto). Também deverá a Contratada dispor de equipe(s) para reposição de pavimentação e passeio, onde e quando necessário.

Caso os prazos estipulados para execução dos serviços não sejam cumpridos por deficiência na quantidade ou pela baixa produtividade das equipes disponibilizadas, será exigido que a contratada aumente o número de equipes à disposição deste contrato, devendo esta atender à exigência do SAMAE num prazo máximo de 5 dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Contrato. Serviços especiais como conserto de adutora ou consertos em áreas de difícil acesso poderão exigir um aporte temporário de pessoal além das equipes usuais. Poderá haver associação de equipes para realização de serviços mais complexos desde que isto não implique prejuízos para os demais serviços que ocorrerem concomitantemente. É também comum em feriados e domingos haver uma redução na quantidade de ordens de serviços de consertos, por isso a empresa contratada poderá alterar a composição e o número de equipes disponibilizadas nestes dias, entretanto, mediante necessidade, deverão ser providenciados imediatamente reforços de pessoal e/ou equipes para atender a demanda de serviço nesses dias.

A Contratada deverá ter um supervisor geral que será o elo de ligação entre as equipes da contratada e o SAMAE, respondendo este pela execução dos serviços, pela solução

dos problemas, pelo controle das reposições de calçamento, pela conduta, assiduidade, controle dos materiais hidráulicos e sanitários utilizados, eficiência, produtividade, retirada e retorno diário dos serviços executados pelas equipes. Além do supervisor, a contratada deverá dispor de um Responsável Técnico, habilitado perante o CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Química que será responsável pela qualidade e pela segurança dos serviços prestados. Não é vedado, entretanto, que o supervisor seja o próprio responsável técnico, desde que legalmente habilitado perante o CREA e que esteja disponível em tempo integral para os serviços da contratada junto ao SAMA E.

Toda a equipe de trabalho da contratada deverá possuir habilitação e experiência para executar, adequadamente, os serviços que lhe forem atribuídos.

O SAMA E se reserva o direito de solicitar a substituição de qualquer membro das equipes que não estejam atendendo a contento suas responsabilidades, que tiver gerado atrito com usuário ou apresentar qualquer outra espécie de comportamento que venha prejudicar o andamento dos serviços ou a imagem do SAMA E junto à comunidade. O SAMA E poderá conceder, a seu critério, até 05 (cinco) dias de prazo para que a Contratada realize a substituição do funcionário, quando solicitado.

A contratada deverá propiciar todas as condições de proteção e segurança a seus funcionários que executarão os serviços de conserto, tais como: equipamentos de proteção individual – EPIs e coletiva, cavaletes, cones, placas de sinalização, dentre outros, sendo obrigatório, para todos os envolvidos no serviço, o uso de calça e jaleco, macacão ou ainda bermuda e camiseta, identificados com o nome da empresa contratada e com a expressão "A Serviço do SAMA E – Manutenção Hidráulica" para os serviços da Divisão de Água e com a expressão "A Serviço do SAMA E – Manutenção Sanitária" para os serviços da Divisão de Esgoto, uso de bota de borracha ou botina e crachá de identificação contendo o nome da empresa contratada, o nome do funcionário e foto.

A sinalização deverá estar presente no local do início ao fim da realização do conserto.

Serão de inteira responsabilidade da contratada acidentes que porventura venham a ocorrer com o seu efetivo de trabalho ou a terceiros.

A contratada será responsável pelo transporte e segurança de seus funcionários, respondendo também pelos encargos sociais, trabalhistas, impostos, taxas, seguros e outras obrigações referentes às suas equipes.

O SAMA E terá equipes encarregadas de fiscalizar a execução dos serviços contratados. Os fiscais de serviço, além de verificarem a qualidade técnica da execução e validarem as medições para fins de pagamento, também serão encarregados de providenciar o fechamento e reabertura das válvulas de manobra, quando necessário, providenciar a abertura e fechamento de válvulas de descarga e de hidrantes, quando necessário e dirimir dúvidas relativas aos serviços de manutenção, quando houver. O SAMA E disponibilizará, ainda,

juntamente com a equipe de fiscais, um Supervisor geral de fiscalização o qual, além de coordenar a equipe de fiscais, também encaminhará e priorizará as Ordens de Serviço diretamente ao Supervisor da Contratada.

5.2 Materiais

Os materiais hidráulicos necessários à execução dos serviços serão fornecidos antecipadamente à empresa contratada através de “kit’s”. Os mesmos deverão ser retirados no Almoxarifado da Autarquia, mediante assinatura no termo de retirada e a baixa dar-se-á através da compilação dos dados constantes nas ordens de serviço executadas. A Contratada deverá definir, antecipadamente à primeira retirada de materiais, os nomes das pessoas autorizadas a retirar materiais junto ao Almoxarifado do SAMA E. Somente serão fornecidos materiais aos funcionários previamente autorizados pela empresa.

Todo material utilizado na execução do serviço deverá ser anotado na ordem de serviço para controle e reposição do kit.

O Responsável Técnico responderá pelo controle dos materiais retirados pelas equipes da contratada no Almoxarifado do SAMA E. Dele será cobrada a utilização adequada e racional dos mesmos, assim como a adequação entre o material descrito na ordem e o serviço executado.

Na eventual necessidade de retirada de peças e conexões específicas não constantes do Kit fornecido à equipe contratada, as mesmas deverão ser retiradas junto ao Almoxarifado ou depósito de peças e tubos do SAMA E mediante liberação do fiscal dos serviços.

Foi considerada uma verba para reposição de calçadas, sendo a contratada responsável pela reposição de material semelhante ao danificado durante o conserto.

5.3 Serviços

Os serviços de manutenção hidráulica de água e esgoto englobam as atividades de remoção e repavimentação de pavimentos em passeio e vias públicas, dos trechos onde necessários os consertos, os casos de pavimentação asfáltica também ficarão a cargo da empresa Contratada. Englobam ainda os serviços de escavação mecanizada e/ou manual na medida da necessidade de cada atividade de conserto; os serviços efetivos de conserto podendo, de acordo com a necessidade, serem utilizadas peças coladas, roscadas, flangeadas, aparafusadas, travadas, chumbadas, batidas e outras; os serviços de escoramento de valas e de execução de blocos ou estruturas de ancoragem de redes e peças, sempre que

necessários; os serviços de reaterro com pó-de-brita ou base graduada, no mínimo até 10 cm acima da geratriz superior das tubulações consertadas; serviços de reaterro com material importado e/ou da própria escavação, dependendo de cada situação; serviços de troca de gaxetas e substituição de registros de manobra; reconstrução de caixas de registros de manobra. Ainda, serviços eventuais de adequação de redes, dutos e demais estruturas de terceiros que sejam danificados em virtude ou para a realização dos serviços de manutenção e os serviços de limpeza geral dos locais que sofrerem intervenção de manutenção a fim de que sejam dadas plenas condições de trafegabilidade, estabilidade e segurança às estruturas existentes e aos veículos e pedestres que transitarem pelos locais.

O serviço de valetamento compreende a escavação e o reaterro. O reaterro será com material solo de boa qualidade (1ª categoria), compactado a 95% do proctor normal em camadas de 20 cm de espessura, empregando-se para este fim, “compactadores de percussão” ou “compactadores vibratórios”, ou, ainda, sob autorização da fiscalização, socadores de madeira em casos especiais. Não será admitida compactação utilizando rodado de equipamentos. O material escavado da própria vala poderá ser utilizado como reaterro desde que seja isento de pedras, matéria orgânica, umidade excessiva e outras impurezas que possam prejudicar a compactação. O material escavado em terrenos lodosos ou com excesso de pedras deverá ser substituído por material importado de boa qualidade próprio para reaterro e compactação.

Os serviços poderão ser realizados em ruas e passeios com e sem pavimentação. Os que estiverem localizados em ruas com paralelepípedo, a contratada, deverá remover cuidadosamente a pavimentação colocando os paralelepípedos fora da pista de rolamento, de forma que não possam provocar acidentes com veículos ou transeuntes, refazendo a pavimentação assim que o serviço for concluído.

Os serviços de manutenção serão executados mediante a utilização de tubos, peças e conexões fornecidos pelo SAMAE sob a forma de “Kit de consertos”, através de seu Almoxarifado Central e mediante a liberação da fiscalização. Materiais de consumo tais como cola, lixa, fita veda-rosca e pasta lubrificante também serão fornecidos pelo SAMAE juntamente com os demais componentes do Kit cabendo aos fiscais dos serviços acompanharem a sua boa e correta utilização. Tubos inteiros e conexões de maior porte poderão, mediante autorização da fiscalização, serem retirados junto ao depósito de tubos ou no Almoxarifado Central, de acordo com a disponibilidade.

O SAMAE fornecerá apenas materiais hidráulicos para os consertos, sendo que, materiais de construção civil tais como, cimento, areia, madeira e outros para execução de blocos de ancoragem e escoramento de valas, material importado, pó de brita para reaterro de vala ou repavimentação, tijolos, tubos, pedras, dutos e outros materiais aqui não relacionados que sejam necessários para reconstrução de caixas de registros, redes de drenagem e outras estruturas que interferirem nos trabalhos de conserto, não serão fornecidos

pelo SAMA E, cabendo à empresa Contratada dispor de local próprio para depósito, fornecendo e empregando-os sempre que necessário.

A Contratada deverá tomar todas as providências no sentido que seja evitada a penetração de sujeira nas redes quando dos serviços de manutenção. Caso ocorra tal situação, deverão ser providenciadas descargas na rede, em hidrantes ou em hidrômetros próximos a fim de evitar reclamações quanto à qualidade da água. Aberturas de descargas, hidrantes ou cavaletes para descarga de água suja decorrente de serviço de manutenção hidráulica devem ser previamente comunicados ao fiscal de serviço que acompanhará a atividade juntamente com o responsável pela equipe da Contratada. No caso de redes de esgoto, caso haja penetração de sujeiras na rede, deverá ser comunicada a FISCALIZAÇÃO para que providencie apoio do caminhão limpa-fossa para desobstrução/limpeza da rede.

O carregamento e descarregamento da tubulação serão feitos por meio de guindaste, “munck”, ou outro equipamento similar. A tubulação não poderá, de forma alguma, ser arrastada ou rodada sobre outras já depositadas, e nem sofrer qualquer tipo de queda.

Nas escavações em rocha deverão ser tomadas, pelo executante, medidas de segurança que evitem danos a terceiros, ficando o mesmo responsável por acidentes que eventualmente venham a ocorrer.

A profundidade mínima de recobrimento da tubulação nos trechos sujeitos a carga rodante será de 0,80m. Nos trechos sem carga rodante este valor será de no mínimo 0,60m. A largura da vala deverá ser compatível com a bitola da rede de acordo com as normas de escavação e os critérios da Fiscalização.

O fundo da vala deverá ser uniforme, isento de pedras e saliências, devendo ser regularizado com material de boa qualidade, pó de brita. Nos pontos onde existir a instalação de bolsas, luvas, etc., será feito rebaixo, manualmente e nas dimensões adequadas a cada tipo de peça.

5.3.1 SERVIÇOS DE ÁGUA

Os serviços de manutenção de registros de manobra englobam as atividades de limpeza, substituição da laje das válvulas, desmanche das caixas de abrigo, onde houver e onde for necessário, a substituição de gaxeta, se for o caso, o aperto de parafusos de flanges e tampa, se necessário, a troca de anéis de borracha ou arruelas de borracha de bolsas e flanges quando necessário e, em casos específicos determinados pela fiscalização, a substituição do registro com o assentamento das conexões e adaptações necessárias para a instalação da nova peça. Nos casos onde for feito o desmanche das caixas de registro ou onde não existir a caixa de registro, mas for solicitada a sua confecção, o serviço terá enquadramento diferenciado, dentro da planilha de medições e pagamentos. Para os casos de reconstrução ou construção de caixas de registro, o SAMA E fornecerá a laje de cobertura com o copo de ferro fundido já

concretado cabendo à empresa Contratada realizar o assentamento dos tubos e das lajes de cobertura, fornecendo os demais materiais de construção civil tais como tubo de concreto, tijolos, cimento, areia, brita, pó de brita, e outros.

Nos serviços de conserto de cavaletes com caixa de proteção caberá à contratada o desmanche da caixa, se necessário, e sua reconstrução no mesmo padrão em que se encontrava antes dos serviços de manutenção. Também para este caso o SAMA E fornecerá apenas os materiais hidráulicos ficando os materiais de construção civil por conta da empresa contratada.

Sem prejuízos ao andamento geral dos serviços de manutenção, sempre que houver rompimentos de redes, estes terão atendimento preferencial sobre a manutenção de ramais e cavaletes já que, nestes casos, a perda de água é maior e há uma maior possibilidade de ocorrerem eventuais prejuízos a terceiros. Em qualquer caso, o fiscal de serviço designado pelo SAMA E encaminhará o fechamento imediato do setor de abastecimento para posterior execução dos serviços de manutenção.

Para serviços especiais de conserto de redes adutoras que impliquem o fechamento de grandes áreas de atendimento, poderá, a critério do SAMA E, haver convocação da empresa responsável pela manutenção para que providencie na mobilização de estrutura mesmo que fora de seu expediente normal de trabalho. Também nestes casos, poderá o SAMA E estipular prazos máximos de atendimento e solicitar a presença, em período integral, do responsável técnico pelos serviços da Contratada.

Sempre que necessária descarga da rede para conserto, tal fato será comunicado pelo fiscal de serviço à Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica, para que este oriente quais os registros de descarga a serem manobrados e acompanhe, se necessário, tal procedimento.

5.3.1.1 Pesquisa de Vazamentos Ocultos

O serviço de Pesquisa de Vazamentos Ocultos será realizado em setores pré-determinados à medida que forem sendo autorizados pela Fiscalização, onde serão formadas 2 equipes de 2 pessoas e farão varreduras nas tubulações para a detecção de vazamentos. As equipes deverão utilizar ferramentas que sejam próprias para a pesquisa de vazamentos como hastes de escuta, geofones eletrônicos e/ou mecânicos, manômetros e outros que estiverem disponíveis para otimizar o trabalho de localização. O pagamento será por horas trabalhadas, devendo ser apresentado relatório dos serviços realizados contendo a relação dos possíveis vazamentos detectados no setor após cada campanha realizada, para que o SAMA E possa avaliar a eficácia do serviço e, se for o caso, autorizar a empresa contratada a iniciar pesquisa em outro setor.

Em caso de suspeita de localização de vazamentos a equipe pesquisadora deverá comunicar a fiscalização do contrato ou a equipe do SAMA E responsável pela área, que farão a verificação e definirão se ocorrerá a abertura ou não da vala para conserto.

5.3.2 SERVIÇOS DE ESGOTO

As manutenções nas redes de esgoto sanitário ocorrem quando se verifica falta de caimento, algum ponto da rede amassado ou quebrado, TIL, PV ou TIL de Ligação de esgoto que necessita substituição parcial ou total, assim como suas respectivas tampas, implantação de novo ponto de inspeção ou visita devido a recorrentes problemas no mesmo trecho, dentre outros serviços solicitados via ordens de serviço pela FISCALIZAÇÃO.

- Conserto de rede coletora de esgoto DN 100 a 1000 mm:

Nos consertos na rede de esgoto, deve-se corrigir o problema efetivando a troca do trecho da tubulação danificado, substituindo pelo diâmetro anteriormente existente ou determinado pela FISCALIZAÇÃO, posicionada de forma a propiciar o escoamento do esgoto por gravidade.

- Serviço de substituição de TIL radial, TIL de passagem, CAP - DN 150 a 300 e TIL de ligação de esgoto DN 100 e 150:

Nos serviços de substituição de TIL, caberá à contratada a substituição/remoção de parte, total ou instalando um novo, assentando-se a peça em PVC sobre berço de pó-de-brita, perfeitamente nivelado e envolto em pó-de-brita, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO. A seguir, são colocados tubos de PVC na vertical para formar a parte variável (chaminé). Paralelamente, é executado o aterro da vala, deixando-se o tampão de ferro, plástico ou concreto sobre a ponta da tubulação, para evitar a entrada de terra e materiais estranhos no interior da rede. Para se obter o nível desejado para o tampão, o último tubo será cortado, se necessário. O aterro será compactado até cerca de 40 cm abaixo do nível do pavimento.

- Serviço de substituição de tampas DN 100 a 250 mm e 600 mm:

O serviço de substituição de tampas será executado com a retirada da mesma e quando for necessário, remoção de pavimentação existente no entorno. Posteriormente a isto, faz-se a recomposição do pavimento e da estrutura, quando necessário, a colocação da nova tampa, esta pode ser de material diferente da pré-existente. A substituição do tampão pode necessitar de armação de concreto ou não. A armação é uma laje de concreto armado a

ser moldada no nível do pavimento. Essa laje deverá circundar a tampa em um raio de no mínimo 25cm maior que a mesma e espessura mínima de 20 cm, para tampas de 600 mm.

- Serviço de envelopamento de concreto:

O serviço de envelopamento de rede é realizado em redes que sofreram manutenção e já possuíam, neste caso, sendo necessário sua remoção e recomposição, e também em trechos de rede determinados pela FISCALIZAÇÃO, que devido ao local que se encontram (travessia de via, rede exposta, pouca profundidade) há a necessidade de reforçar a mesma. O envelope de concreto consiste de um envoltório colocado na tubulação assentada, de forma a protegê-la de possíveis danos externos, a FISCALIZAÇÃO determinará a forma como a mesma deve ser executada.

- Serviço de substituição de PV DN 600 a 800 mm:

Nos serviços de substituição de PV, caberá à contratada a substituição/remoção de parte, total ou instalando um novo, assentando-se o mesmo sobre berço de pó-de-brita, perfeitamente nivelado e envolto em pó-de-brita, ou conforme orientação da FISCALIZAÇÃO. Paralelamente, é executado o aterro da vala, deixando-se o tampão de ferro, plástico ou concreto assentado sobre o PV, para evitar a entrada de terra e materiais estranhos no interior da rede.

As obras de manutenção do sistema coletor de esgoto, executadas com tubos de PVC, devem respeitar a NBR 9814/87 – Execução de rede coletora de esgoto sanitário, a NBR 12266/92 – Projeto e execução de valas para assentamento de tubulação de água, esgoto ou drenagem urbana, as recomendações específicas dos fabricantes dos materiais a serem empregados e demais elementos que a FISCALIZAÇÃO venha a fornecer, levando-se em conta o cumprimento da programação do trabalho preestabelecida.

A tubulação, conexões e acessórios, fornecidos pelo SAMA E ou pela CONTRATADA, deverão ser colocados em perfeito alinhamento horizontal e vertical. Sempre que o trabalho for interrompido, o último tubo assentado deverá ser tamponado, a fim de evitar a entrada de elementos estranhos.

5.4 Veículos Equipamentos e Ferramentas

A contratada deverá dispor de veículos adequados para o trabalho de cada equipe e também para os deslocamentos do seu Supervisor Geral, sendo, no mínimo, um veículo para cada equipe e um para o Supervisor. Deverá conter os equipamentos e ferramentas conforme o documento Dispositivos Legais.

A exigência de veículos, equipamentos, ferramentas, número de equipes e composição das equipes indicados pelo SAMA E nestas Especificações é a mínima sendo que,

sempre que for constatado o acúmulo de serviços ou a dificuldade de atendimento dos prazos de execução estabelecidos, caberá à Contratada promover aportes, temporários ou permanentes, a fim de cumprir com os prazos pré-determinados.

A manutenção dos veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas ficará, exclusivamente, a cargo da Contratada, devendo ser substituídos sempre que houver necessidade e/ou paralisados para manutenção, sem prejuízo no andamento dos serviços prestados pela Contratada.

A contratada deverá dispor pelo menos um caminhão caçamba para manutenção da DAG (Divisão de Água) e outro para DEG (Divisão de Esgoto), sendo que o trajeto de bota-fora será considerado de no máximo 10km. A verba para camionete será para o deslocamento em situações especiais, como o transporte de peças ou pessoas quando se fizerem necessárias.

Todos os veículos utilizados pela Contratada deverão estar em perfeitas condições de trafegabilidade e devem atender as normas de trânsito vigentes.

Todos os veículos utilizados pela contratada serão equipados com rádios transmissores, conectados à central de rádio do SAMA E. Os rádios serão fornecidos e instalados pela Contratada.

Os veículos utilizados a serviço deste contrato poderão ser próprios ou locados pela Contratada, com capacidade para transporte de carga e passageiros de acordo com as necessidades das equipes, com disponibilidade de espaço físico separando passageiros de materiais e ferramentas. Não poderão ser utilizados veículos com mais de 4 (quatro) anos de uso e obrigatoriamente, deverão ser da cor branca e atender as normas do CONTRAN. "A SERVIÇO DO SAMA E – Manutenção Hidráulica", para os serviços da Divisão de Água e com a expressão "A SERVIÇO DO SAMA E – Manutenção Sanitária" para os serviços da Divisão de Esgoto.

As placas de identificação deverão ser confeccionadas às expensas da contratada, conforme modelo fornecido pelo SAMA E. São necessárias duas placas para cada veículo para serem utilizadas simultaneamente nas laterais do veículo. Devendo ser substituídas sempre que forem extraviadas ou não estiverem mais em condições de uso e deverão sempre estar disponíveis no momento em que a ordem de início dos serviços for dada.

A empresa vencedora do certame, antes da elaboração do contrato, deverá apresentar a Procuradoria Jurídica do SAMA E a documentação de propriedade e/ou locação dos veículos que serão utilizados.

Em eventual caso de necessidade, dependendo do porte e da emergência do serviço a ser executado, a empresa contratada deverá dispor de equipamentos pesados tais como escavadeira hidráulica, trator de esteiras, pá carregadeira, guincho e outros veículos e equipamentos que se fizerem necessários para o perfeito desempenho das atividades de manutenção.

As equipes de fiscalização do SAMA E bem como o seu Supervisor utilizarão veículos da frota própria ou locada pelo SAMA E não havendo necessidade de que a empresa contratada disponibilize espaço em seus veículos para transporte da fiscalização do SAMA E.

5.5 Definições de Termos Técnicos

Quando utilizados os termos abaixo descritos, eles terão o seguinte significado:

Conserto de ramal predial: Ação de manutenção corretiva que visa reparar peças, tubos e conexões que compõem o ramal de ligação de água entre a rede pública de abastecimento e o cavalete de medição mediante a substituição de trechos de tubulação ou de peças e conexões danificadas.

Conserto de cavalete de ligação: Ação de manutenção corretiva que visa reparar peças e conexões que compõem o cavalete de medição, exceto o hidrômetro, mediante a substituição de suas peças e conexões danificadas.

Conserto de rede de distribuição: Ação de manutenção corretiva que visa reparar trechos de tubulação da qual são derivados os ramais prediais, mediante a substituição de trechos de tubos ou de peças e conexões danificadas.

Conserto de rede subadutora: Ação de manutenção corretiva que visa reparar trechos de tubulação que realizam a interligação entre as redes adutoras e as redes de distribuição, mediante a substituição de trechos de tubos ou de peças e conexões danificadas.

Conserto de rede adutora: Ação de manutenção corretiva que visa reparar trechos de tubulação que aduzem água bruta ou tratada para abastecimento geral dos sistemas administrados pelo SAMA E, mediante a substituição de trechos de tubos ou de peças e conexões danificadas.

Via asfaltada: Via pública que, em seu trecho carroçável, é revestida por camada de asfalto.

Via com paralelepípedos: Via pública que, em seu trecho carroçável, é revestida por pedras paralelepipedicas de basalto.

Via não pavimentada: Via pública desprovida de pavimentação, mas utilizada para tráfego de veículos.

Passeio pavimentado: Via de tráfego exclusivo de pedestres pavimentado com qualquer espécie de pavimento.

Passeio não pavimentado: Via de tráfego exclusivo de pedestres desprovido de qualquer espécie de pavimento.

Área de difícil acesso: Local onde fora implantada rede ou ramal de abastecimento, mas que não se configura como via de acesso ou passeio, oferecendo

dificuldades ao tráfego dos materiais e equipamentos empregados nos serviços de manutenção.

Cavalete simples: Cavalete de medição que possui apenas um hidrômetro instalado e que não dispõe de espera para instalação de outros hidrômetros em paralelo.

Cavalete múltiplo: Cavalete de medição que possui mais de um hidrômetro instalado em paralelo ou que, em tendo apenas um equipamento instalado, dispõe de espera para instalação de outros.

Cavalete com caixa de proteção: Cavalete de medição simples ou múltiplo cujo hidrômetro(s) fica abrigado em caixas de proteção de alvenaria ou embutidos em paredes ou muros de alvenaria e/ou concreto.

Cavalete sem caixa de proteção: Cavalete de medição simples ou múltiplo cujo hidrômetro ou hidrômetros ficam desabrigados.

Conserto de rede Coletora de Esgoto: Ação de manutenção corretiva que visa reparar trechos de canalização compreendida entre a tubulação da rede coletora que recebe contribuição de esgoto dos coletores prediais em qualquer ponto ao longo de seu comprimento.

Conserto de Coletor Predial: Ação de manutenção corretiva que visa reparar trechos de canalização compreendida entre a rede pública de esgotamento sanitário (coletora) e o TIL de ligação situado no passeio público.

Conserto de Poço de Visita: Ação de manutenção corretiva que visa reparar a câmara visitável através de abertura existente em sua parte superior, destinada à execução de trabalhos de manutenção.

Conserto de Terminal de Limpeza (TL): Ação de manutenção corretiva que visa reparar o dispositivo que permite introdução de equipamentos de limpeza, localizado na cabeceira de qualquer coletor.

Conserto de Tubo de Inspeção e Limpeza (TIL de Ligação): Ação de manutenção corretiva que visa reparar o dispositivo situado na calçada da via pública, em frente ao imóvel, interligando o coletor predial ao subcoletor, que tem por finalidade a inspeção e a desobstrução das canalizações de esgoto, efetuada exclusivamente pelo SAMAE; dispositivo não visitável que permite inspeção e introdução de equipamentos de limpeza.

5.5.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA SEGURANÇA, ESCAVAÇÃO, REATERRO E REPAVIMENTAÇÃO

5.5.1.1 Proteção e Sinalização

Compreende o fornecimento, colocação, manutenção e remoção, com reaproveitamento dos materiais, de todos os dispositivos de proteção, segurança e sinalização

ao trânsito de veículos e pedestres, diurno e noturno, que deverão atender o que estabelecem as normas regulamentadoras da Secretaria Municipal dos Transportes, DAER, DNIT e demais órgãos de controle do trânsito.

Serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA acidentes que, porventura, venham a ocorrer, face à inobservância da proteção recomendada. A falta de proteção ou sinalização da obra acarretará na paralisação total ou parcial dos serviços a critério da Fiscalização, até que o problema seja regularizado. Tal ocorrência não implicará na prorrogação dos prazos previstos no cronograma, nem dispensa das penalidades previstas no contrato.

A CONTRATADA deverá providenciar a cobertura, através da colocação de chapas de aço nas valas que obstruam passagens de vias para pedestres ou veículos, sempre que tais pontos tenham que ficar abertos de um dia para o outro, durante todo o tempo de transcurso da obra.

I. Placas de Obra

Caberá à Contratada a execução de um plaqueiro, no local determinado pela Fiscalização, e nele colocará a placa do órgão contratante a ser fornecida pela Contratada, além da própria placa, de acordo com as exigências do CREA. Para a confecção das placas, deverão ser usadas chapas planas de metal galvanizado com pintura esmalte resistente às intempéries. A Contratada deverá providenciar placas de obra nas seguintes dimensões: Placa do CONTRATANTE: 0,60 x 0,60m.

II. Fita Plástica

As fitas zebreadas para sinalização devem ser empregadas para serviços rápidos que ocorram somente no passeio e em áreas internas da obra, com a finalidade de advertir e impedir a passagem de pessoas e deverá estar disposta em toda a área necessária. Devem ser de polietileno, ter um acabamento perfeito, e estar em perfeitas condições de uso. As faixas devem ter pintura uniforme sem falhas ou manchas.

III. Cavaletes

Serão utilizados tanto para sinalização de advertência, como de indicativo de trânsito interrompido ou restrito, colocados nos cruzamentos de ruas e ao longo das valas. Os cavaletes de madeira deverão ter 1,20 m de altura e 1,50 m de comprimento. Em casos de saída e entrada de veículos ou em locais escuros poderão ser utilizados cavaletes com sinalizadores luminosos.

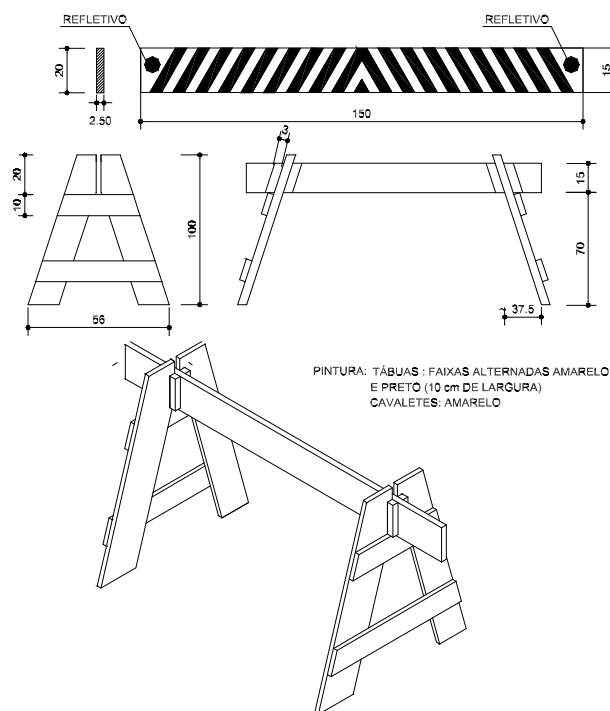


Figura 1 - Cavaletes

Fonte: Manual de Elaboração de Projetos e Obras de Saneamento - (SOPS, 2005).

IV. Placa de Sinalização

As placas de sinalização serão utilizadas para aviso, advertência e indicações. Deverão ser colocadas nas cabeceiras das escavações e à frente das valas, com 0,80 m de altura, podendo ser de madeira ou metálicas.

Essencialmente serão de dois tipos:

- (a) Placas fixadas em postes metálicos ou de madeira, com altura mínima de 80 cm;
- (b) Placas móveis do tipo cavalete ou articuláveis, de madeira ou plástico.





Figura 2 - Placas Fixadas em Postes.

Fonte: Manual de Elaboração de Projetos e Obras de Saneamento - (SOPS, 2005).

V. Cones Balizadores

Os cones serão utilizados para o balizamento de faixas interditadas ao trânsito e sinalização de locais de obras. Poderão ser de borracha ou de plástico, fixados em uma base para apoio no solo de material resistente, conforme mostra a Figura 3.



Figura 3 - Cones Balizadores.

Fonte: Manual de Elaboração de Projetos e Obras de Saneamento - (SOPS, 2005).

VI. Chapas de Aço

De preferência utilizar chapas de aço para nivelamento do local do conserto, onde ocorrer demora na repavimentação.

5.5.1.2 Movimento de Solo

A seguir estão relacionadas as especificações técnicas necessárias à execução dos serviços de movimentação de terra.

I. Escavações

Previamente ao início das escavações será necessário que se faça uma pesquisa de localização de tubos, caixas, postes. Além disso, deverão ser avaliadas as tipologias da rede de energia elétrica, da rede telefônica, da rede de água e adutoras, e outras estruturas que estejam no trecho a ser escavado, para que não sejam atingidas pelas escavações.

As interferências deverão ser cadastradas, com pontos de amarração suficientes para a fácil detecção pela equipe de produção, quando da execução da escavação propriamente dita, deverão ser apresentadas à Fiscalização, “croquis” das localizações, previamente aos serviços.

A escavação consistirá na remoção de todo o material da área delimitada. Será mecanizada, podendo em alguns casos ser manual. A escavação manual deverá ser utilizada nos acertos de fundo da vala e retirada de materiais ou obstáculos subterrâneos, bem como nos locais de difícil ou impossível acesso de máquinas.

As escavações com mais de 1,25 m de profundidade deverão dispor de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho, a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores, independentemente da adoção de escoramento.

As escavações acima de 1,30 m, de profundidade, serão taludadas ou protegidas, com dispositivos adequados de contenção. Quando se tratar de escavações permanentes, serão protegidas com muros de arrimo ou cortinas.

Todas as escavações serão protegidas, quando necessário, contra a ação de água superficial ou profunda, mediante drenagem, esgotamento ou rebaixamento do lençol freático.

Se a escavação interferir com galerias ou tubulações, deverá ser executado o escoramento de sustentação.

(a) Escavação de vala em solo

Em função das dimensões das escavações a serem executadas, e do tipo de serviço, serão utilizadas retroescavadeiras sobre pneus, escavadeiras sobre esteiras ou tratores de lâmina.

Será considerada escavação localizada em terra, a escavação de todos os materiais decompostos ou aluvionares, fragmentos de rocha solta ou fissurada, bem como a de todos os demais materiais que puderem ser removidos pelos equipamentos pesados de escavação, sem dinamitação, com ou sem escarificação pesada. Enquadram-se na classificação destes materiais as argilas, siltes, areias, pedregulhos, rochas muito alteradas (em adiantado estado de composição) e solos orgânicos.

(b) Escavação de vala em Rocha

São as escavações que necessitam a utilização de rompedores mecânicos ou explosivos para serem realizadas. Alternativamente, por opção da contratada, poderão ser utilizados para execução das escavações em rocha outros equipamentos, como: escarificadores, rompedores mecânicos, pneumáticos, hidráulicos, ou equivalentes, para o desmonte, e retroescavadeiras sobre pneus ou escavadeiras sobre esteiras, para a remoção.

Quando for empregado o uso de explosivos, a Empreiteira providenciará obrigatoriamente:

Na obtenção, junto às autoridades competentes, das indispensáveis autorizações para transporte, estocagem, manuseio e uso dos materiais explosivos.

Tomar todas as medidas de segurança para o emprego de explosivos, tanto na proteção de pessoas e patrimônios circundantes, quanto às dimensões da escavação, quanto ainda na preservação do material em torno, além dos limites definidos para a escavação.

Estudar e apresentar para aprovação da Fiscalização, do plano de fogo, para cada caso do emprego de explosivos. Esta aprovação não exime a Empreiteira da inteira responsabilidade decorrente do processo.

A CONTRATADA deverá conduzir os trabalhos de modo que a superfície da rocha, fora dos limites da vala, depois de concluída a escavação, se apresente o mais inteira possível, evitando-se escavações desnecessárias. Ocorrendo fratura em excesso, não haverá pagamento para remoção da rocha até obter-se paredes firmes o suficiente à segurança dos serviços. As escavações que apresentarem misturas de materiais, com limites pouco definidos deverão merecer atenção especial da fiscalização, de modo a permitir uma classificação justa dos materiais escavados.

O material em rocha deverá ser descartado no bota fora licenciado pela CONTRATADA. Os serviços de esgotamento de valas, necessários à obra, deverão estar incluídos neste item. A CONTRATADA deverá manter a escavação seca e em condições de segurança contra desmoronamento, inclusive utilizando o escoramento sempre que se fizer necessário.

Nas escavações em rocha deverão ser tomadas, pelo executante, medidas de segurança que evitem danos a terceiros, ficando o mesmo responsável por acidentes que eventualmente venham a ocorrer.

II. Material Proveniente da Escavação

Quando o material for considerado, a critério da Fiscalização, apropriado para utilização no reaterro, será ele removido e estocado em local adequado, para posterior utilização. Materiais não reutilizáveis serão encaminhados aos locais de “bota-fora”.

III. Lastro e Reaterro com pó-de-brita

Antes da implantação da tubulação, o fundo da vala deverá estar uniforme, isento de pedras e saliências, será regularizado com um lastro com pó-de-brita na espessura de 10 cm. Após o assentamento da tubulação, será procedido o seu reaterro com pó-de-brita até ser atingido no mínimo 10 cm acima da geratriz superior externa do tubo. Nos pontos onde existir a instalação de bolsas, luvas, etc., será feito rebaixo, manualmente e nas dimensões adequadas a cada tipo de peça.

A execução deverá obedecer rigorosamente às indicações de Projeto específico.

O adensamento poderá ser mecânico ou hidráulico, ou uma combinação de ambos os métodos, a critério da Fiscalização.

Deverá ser dada especial atenção ao método e à energia de adensamento a ser empregado caso exista alguma estrutura sob o aterro, visando não a danificar.

Os tubos deverão estar lastreados e travados de modo a impedir o deslocamento durante a operação.

IV. Reaterro com Solo e Compactação

O reaterro da vala será processado até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies das ruas ou passeios, na forma designada pela fiscalização.

A compactação do reaterro obedecerá à seguinte sequência:

- (a) Reaterro até a geratriz superior do tubo, seguido de compactação vigoroso, com soquetes manuais.
- (b) Reaterro até 20 cm acima da geratriz superior do tubo, sem compactação, apenas com leve adensamento.

- (c) Reaterro do restante da vala, em camadas vigorosamente compactadas, utilizando-se compactação hidráulica ou soquetes mecânicos.

Após a camada de pó de brita, o reaterro será com material solo de boa qualidade, compactado a 95% do proctor normal em camadas de 20cm de espessura, empregando-se para este fim “socos de madeira”, “compactadores de percussão” ou “compactadores vibratórios”. Não será admitida compactação utilizando rodado de equipamentos.

O reaterro das valas será com material adequado, da própria escavação ou de empréstimo, devendo reproduzir as condições iniciais do terreno natural.

Caso o material retirado da vala seja de má qualidade (conteúdo matéria orgânica e impurezas) ou rocha, este será substituído por material importado. O material importado será de boa qualidade, isento de tocos, pedras ou qualquer outro objeto que possa danificar a estrutura ou a proteção dos tubos.

Na execução dos serviços deverá ser prevista a utilização de equipamentos apropriados, de acordo com as condições locais e as produtividades exigidas para o cumprimento dos prazos.

A profundidade mínima de recobrimento da tubulação nos trechos sujeitos à carga rodante será de 1,00 m. Nos trechos sem carga rodante este valor será de no mínimo 0,80m. Havendo necessidade para passagem sob ou sobre obstáculos físicos, a Fiscalização poderá autorizar outras profundidades. Estas profundidades devem ser respeitadas, quando possível, visto se tratar de manutenções de redes e peças já existentes.

Após os serviços de reaterro, a via ou passeio deverá ficar em perfeitas condições de tráfego, devendo ser retirado todo o excesso de terra ou entulho, e quando for o caso, recompor a pavimentação. Toda e qualquer depressão verificada posteriormente no local da vala, deverá ser corrigida às expensas da CONTRATADA.

Os locais utilizados para depósito provisórios de material escavado, sujeito ou não a emprego posterior, deverão ser devolvidos limpos e livres de entulhos.

V. Carga, Transporte e Descarga de Material para Bota-Fora

São os serviços de remoção e transporte de materiais provenientes das escavações (solos e rochas desmontadas).

(a) Carga

Consiste no carregamento de material de qualquer categoria, em caminhões basculantes ou em outros equipamentos transportadores, com utilização de pás carregadeiras ou escavadeiras.

O material pode ser oriundo de cortes ou empréstimos, de substituição de materiais de baixa qualidade retirados dos cortes, além de entulhos a serem removidos.

(b) Transporte em Caminhões Basculantes

O material deverá ser lançado na caçamba, de maneira que fique uniformemente distribuído, no limite geométrico da mesma, para que não ocorra derramamento pelas bordas durante o transporte.

Tratando-se de transporte em área urbana, estradas ou em locais onde haja tráfego de veículos ou pedestres, a caçamba do caminhão deverá ser completamente coberta com lona apropriada, ainda no local da carga, evitando-se, assim, poeira e derramamento de material nas vias.

Deverão ser utilizados caminhões basculantes em número e capacidade compatíveis com a necessidade do serviço e com a produtividade requerida.

A carga deverá ser considerada dentro do limite legal de capacidade do veículo (volume e/ou peso), mesmo dentro de canteiros de obras.

(c) Equipamentos

Todos os veículos utilizados deverão estar em condições técnicas e legais de trafegar em qualquer via pública.

Entende-se por condições técnicas o bom estado do veículo, principalmente no que diz respeito à parte elétrica (faróis, setas, luz de advertência, luz de ré, etc.), motor (emissões de gases, vazamentos, etc.), freios, pneus, direção e sistema hidráulico.

Entende-se por condições legais a existência comprovada da documentação do veículo - Seguro Obrigatório e IPVA em dia e documento de porte obrigatório original.

5.5.1.3 Escoramento de Valas, Poços e Cavas

Consiste na contenção lateral das paredes de solo de cavas, poços e valas, por meio de pranchas de madeira fincadas perpendicularmente ao solo e travadas entre si com o uso de pontalotes e longarinas, também de madeira.

O escoramento será necessário pela constatação da possibilidade de alteração da estabilidade de estruturas adjacentes à área de escavação ou com o objetivo de evitar o desmoronamento por ocorrência de solos inconsistentes, pela ação do próprio peso do solo e das cargas eventuais ao longo da área escavada em valas de maiores profundidades.

Os tipos de escoramento utilizados serão os especificados em Projeto e, na falta destes, os sugeridos pelo Responsável Técnico pela execução e aprovados pela

Fiscalização, baseada na observação de fatores locais determinantes, tais como a qualidade do terreno, a profundidade da vala ou cava, a proximidade de edificações ou vias de tráfego etc.

I. Contínuo de Madeira

A superfície lateral da vala será contida por tábuas verticais de madeira de lei de 1"x10" (até 2,00 m de profundidade) ou pranchas de madeira de lei de 6x16 cm (acima de 2,00 m de profundidade), encostadas umas às outras, travadas horizontalmente por longarinas de madeira de lei de 6x16 cm (até 2,00 m de profundidade) ou de 8x18 cm (acima de 2,00 m de profundidade) em toda a extensão e estroncas de diâmetro 20 cm, espaçadas de 1,35 m, exceto nas extremidades das longarinas, das quais estarão a 0,40m. As longarinas deverão estar espaçadas entre si de 1,00m na vertical.

II. Descontínuo de Madeira

A superfície lateral da vala será contida por tábuas verticais de madeira de lei de 1"x10" (até 2,00m de profundidade) ou pranchas de madeira de lei de 6x16 cm (acima de 2,00m de profundidade), espaçadas de 0,30m, travadas horizontalmente por longarinas de madeira de lei de 6x16cm (até 2,00m de profundidade) ou de 8x18cm (acima de 2,00m de profundidade) em toda a extensão, e estroncas com diâmetro de 20 cm, espaçadas de 1,35m, exceto nas extremidades das longarinas, das quais as estroncas estarão a 0,40m. As longarinas devem ser espaçadas verticalmente de 1,00m.

5.5.6.4. Remoção e Repavimentação

I. Paralelepípedo

Para vias com pavimentação em paralelepípedos, remover cuidadosamente a pavimentação colocando os paralelepípedos fora da pista de rolamento, de forma que não venham provocar acidentes com veículos ou transeuntes.

Refazer o calçamento, no mínimo 30cm para cada lado do bordo da vala. Tal exigência deve-se ao fato do bordo ficar afetado pela escavação, impondo-se a restauração da seção original.

As pedras serão assentadas com a disposição idêntica da pavimentação adjacente sobre o leito de pó-de-brita ou areia grossa com, no mínimo, 10 cm de espessura. O assentamento deverá progredir dos bordos para o centro e quando esta for em rampa, de baixo para cima. As fiadas deverão ser retilíneas, sendo as peças de cada fiada classificadas pela largura de modo que não resultem variações superiores a 0,5 cm (remover manual e deixar o

paralelepípedo ao lado da vala). As juntas longitudinais de cada fiada devem ser alternadas com relação às das fiadas vizinhas.

Os paralelepípedos serão assentados de modo que as faces fiquem encostadas, mantendo, no mínimo, um ponto de contato com cada peça circunvizinha. Deverá ser feito o rejunte com argamassa traço 1:3 (cimento e areia).

A compactação deverá ser feita por meio de rolo compactador vibratório. Deverá ser executada a varrição para remoção do excesso de pó-de-brita ou areia, deixando o local totalmente limpo.

No caso particular de aclives acentuados, ou seja, rampas a partir de 10%, o rejunte deverá ser executado com argamassa de cimento e areia traço 1:5. Para aclives acima de 20% deverão ser executadas, também, contenções transversais à rua através de meio-fio.

Não serão admitidas irregularidades ou saliências a pretexto de compensar futuros adensamentos. Não serão aceitas depressões superiores a 1,5 cm.

II. Passeio

No caso dos trechos de redes executadas nos passeios, os mesmos deverão ser removidos com cuidados especiais e reconstituídos de forma a apresentarem-se, depois de reparados, com aspecto idêntico ao inicialmente encontrado.

III. Asfalto

Para vias com pavimentação em asfalto, para a remoção do pavimento, a contratada deverá proceder ao corte, observando para que o mesmo fique em linha reta, as paredes verticais, formando preferencialmente uma figura geométrica retangular. O corte deverá ser executado com máquina de cortar asfalto ou valetadeiras, não sendo permitido o uso de rompedores ou retroescavadeira.

A remoção da pavimentação, após o corte, deverá ser executada com cuidado, a fim de evitar danos aos bordos da vala ou rompimento da rede. Restos de asfalto não poderão ser adicionados ao material de reaterro.

Após realizado o reaterro da vala, deverá ser refeita a pavimentação e todos os materiais empregados e serviços realizados deverão enquadrar-se às seguintes especificações de serviço do Departamento de Estradas e Rodagem DAER-RS:

DAER-ES-P 04/91 – Sub-base granular;

DAER-ES-P 08/91 – Base Granular;

DAER-ES-P 12/91 – Imprimação;

DAER-ES-P 16/91 – Concreto Asfáltico.

A espessura mínima da base de bruta graduada e do CBUQ será respectivamente de 7,0cm e 30cm.

Nos locais onde não houver pavimentação com paralelepípedos ou asfalto, após o reaterro da vala, o local reaterrado deverá ser repavimentado com uma camada de 3 cm de pó de brita. A repavimentação deverá ser realizada de forma a deixar o leito da via nivelado, sem a apresentação de lombadas expressivas ou depressões.

Caberá à empresa contratada fornecer a brita necessária aos serviços de repavimentação.

5.6 Horário de Trabalho

A contratada deverá ter equipes a disposição do SAMA E das 7h30min às 24 horas diariamente, inclusive sábados, domingos, feriados e dias decretados ponto facultativo. O horário de trabalho dos Setores de Manutenção de água e de esgoto do SAMA E é das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, diariamente. Fora destes horários, o SAMA E manterá equipe de fiscais de plantão.

Os serviços serão passados via rádio e/ou telefone celular ao Supervisor da Contratada ou à Central de Recepção da Contratada estabelecida para este fim, que se encarregará de repassar as ordens para as equipes que entender pertinente. As ordens de Serviço propriamente ditas deverão ser retiradas e devolvidas diariamente com o Supervisor de Fiscalização, junto à Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica para as Ordens de serviços da Divisão de Água e junto a Gerência de Redes de esgoto para a Divisão de Esgoto, no horário acima mencionado.

Considerando que ocorrem eventos que exigem manutenção em dias de chuva, a empresa Contratada deverá estar preparada para a realização de tais serviços quando necessário, desde que tecnicamente viáveis.

O atendimento no período da noite, das 17:30 às 07:30 horas, desde que não sejam deixadas Ordens de Serviço acumuladas dos trabalhos diurnos, será em regime de plantão. A empresa deixará seu supervisor ou responsável técnico encarregado de receber eventuais chamados para consertos noturnos devendo disponibilizar tantas equipes quantas forem necessárias para os atendimentos considerados emergenciais. Ficará a critério da fiscalização determinar os atendimentos considerados emergenciais, entretanto, para fins de orientação, considerar-se-á como emergenciais consertos de redes adutoras, de redes distribuidoras onde fiquem fechados setores importantes ou situações onde haja risco ao tráfego ou às propriedades do entorno. Consertos onde haja risco de alagamentos de residências devido a problemas na rede de esgoto.

5.7 Prazo de Execução dos Serviços

Os procedimentos de manutenção deverão ser iniciados no prazo máximo de 04 (quatro) horas após terem sido comunicados via rádio, telefone ou aplicativo. A recomposição de calçada, paralelepípedo e asfalto, quando houver, deverá ser executada em até 4 dias úteis. No intervalo deste tempo o local deverá ser protegido conforme Especificações Técnicas em Anexo.

Todo serviço que não puder ser executado dentro dos prazos estabelecidos, deverá ter justificado o motivo da não execução.

A fiscalização do SAMA E passará preliminarmente em todos os locais das Ordens de Serviço geradas a fim de confirmar a necessidade dos serviços providenciando, sempre que possível e que necessário, o fechamento dos registros de manobra e/ou tamponando (batoqueando) os ramais que estiverem aparentes.

Para a solução de dificuldades surgidas na execução dos serviços será acionada a fiscalização que entrará em contato com a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto para apoio técnico, sempre que necessário.

6. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A liberação pelos fiscais não exime a contratada de sua responsabilidade técnica pela execução dos serviços, podendo ser acionada até o limite de tempo de lei.

As pavimentações deverão ter garantia de 1 ano, contado da data de término da execução.

7. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

A contratação será de 12(doze) meses a partir da data de publicação do contrato, os trabalhos serão continuados e serão solicitados conforme demanda apresentada pela fiscalização.

8. DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS – CEI/CREA/ATESTADOS/LAUDOS/ BOLETINS/ETC.

- I. Registro junto ao CREA, em vigor.
- II. Referente à qualificação técnica (atestados):

- (a) **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional**, fornecido(s) por pessoa jurídica, de direito público ou privado, que comprove ter a proponente realizado obras e serviços similares, em características e quantidades, em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ao) ser de obra já concluída. O(s) atestado(s) deverá(ão) dispor sobre a prestação satisfatória dos serviços. No(s) atestado(s) deverá(ão) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obra(s) e seus quantitativos, sendo que os atestados deverão ser de obras já concluídas, conforme artigo 30, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;
- (b) **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com registro em nome do responsável técnico de nível superior, que tenha sido contratado para execução de obras similares, em características e quantidades, de complexidade tecnológica equivalente ou superior ao objeto licitado, sendo que este(s) atestado(s) deverá(ao) ser de obra já concluída. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no CREA, conforme artigo 30, inciso II, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. No(s) atestado(s) deverá(ao) constar discriminadamente os serviços componentes da(s) obras(s) e seus quantitativos, em particular os itens de maior relevância;
- (c) **Serão consideradas aptas as empresas e os profissionais** que comprovarem, em um único atestado, a quantidade mínima especificada em cada um dos itens considerados de maior relevância. Esta análise será feita por item, considerando-se sempre a quantidade mínima apontada para cada item, podendo, os itens, estar em um único atestado ou cada item poderá ser apresentado em atestados distintos. A análise quantitativa será efetuada pelos seguintes parâmetros:
- i. Implantação de redes de adutora de água ou esgoto sanitário, com diâmetro igual ou superior a 300mm, em ferro fundido com quantidade mínima de 1000,00m;
 - ii. Escavação de valas em solo com quantidade mínima de 300,00m³;
 - iii. Pavimentação ou repavimentação de calçamento ou paver com quantidade mínima de 500,00m²;
 - iv. Pavimentação ou repavimentação asfáltica com quantidade mínima de 500,00m².
- III. A empresa vencedora do certame deverá apresentar ART do profissional legalmente habilitado pelas execuções.
- IV. O início das obras deverá respeitar os chamados das equipes técnicas do SAMAE, após a emissão da ordem de início dos trabalhos, expedida pela Divisão de Água.

- V. A fiscalização dos serviços contratados será efetuada por técnicos do SAMA E, ou por empresa contratada, que deverão dispor de amplo acesso às informações, obras e serviços que julgarem necessários, nos termos da minuta de contrato que é parte integrante do Edital.
- IV. A empresa participante do certame licitatório deverá declarar que, para a assinatura do contrato, possuirá em seu quadro permanente equipe técnica, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais de nível superior e de nível técnico. Deverão ser relacionados, na declaração, o nome e a qualificação de cada um dos profissionais.
- (e) 01 (um) Supervisor;
 - (f) 01 (um) Responsável Técnico pelas obras (Engenheiro Civil);
 - (g) 01 (um) Topógrafo;
 - (h) 01 (um) Técnico de Segurança.
- Não é vedado que o supervisor seja o próprio responsável técnico, desde que legalmente habilitado perante o CREA e que esteja disponível em tempo integral para os serviços da contratada junto ao SAMA E. Se esse for o caso, deverá ser informado na declaração.
- V. A licitante vencedora deverá providenciar máquinas, equipamentos e mão-de-obra compatíveis com a obra contratada, (não obstante está subentendido que a referida empresa terá que complementar a relação de equipamentos e equipe técnica mínima prevista, com todo e qualquer pessoal, máquinas e equipamentos necessários para o perfeito desempenho das suas atividades na execução das obras).
- VI. A empresa participante do certame licitatório deverá apresentar declaração de disponibilidade de veículos e máquinas, contendo no mínimo.
- (j) 03 (três) retroescavadeira;
 - (k) 03 (três) caminhão basculante;
 - (l) 01 (um) caminhão munk;
 - (m) 03 (três) bombas para sucção de água de valas;
 - (n) 03 (três) equipamentos para compactação de solo (compactador a percussão e/ou rolo);
 - (o) 01 (um) equipamento para solda em tubos PEAD até o diâmetro de 450 mm (eletrofusão e termofusão);
 - (p) 02 (duas) cortadeiras de asfalto;
 - (q) Chaves para abrir registros (capelote, média e outras), alavancas (2 por equipe – comprimento 1,80 m);
 - (r) Caixas de ferramentas (uma por equipe), contendo: tarraxa para PVC ½” a 1”, furadeira para PVC, marreta oitavada 1 kg, colher de pedreiro nº 8, arco de serra tubular, grossa 12”, ponteiro, talhadeira, macho rosca BSP ½” e ¾” (para limpeza de rosca), chave jacaré tipo blitz 7”, 9” e 12”, chave jacaré tipo sueca 1” 3/8, chave

estrela 9/16 x 1/2", pá, picareta, trena de aço de 3,00 m, jogo de chaves de boca de diversas bitolas, serra sabre, serra manual, marreta, grossa, alavanca, enxada, e demais ferramentas de utilização habitual em consertos hidráulicos.

As Demais ferramentas constantes em edital não precisarão estar constantes na declaração.

No decorrer do andamento dos trabalhos da CONTRATADA, observar a interferência de redes existentes, caixas, cabos, postes, outros elementos ou estruturas existentes que estejam na área atingida para implantação das obras, a CONTRATADA chamará, com antecedência prévia, a FISCALIZAÇÃO para dirimir dúvidas e realizar os ajustes necessários ao serviço, tomando por base as cotas fornecidas, e as cotas efetivamente necessárias para os casos verificados "in loco" durante a pesquisa de interferência realizada pela CONTRATADA.

9. FISCALIZAÇÃO

9.1 Água

A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa do Engenheiro Civil Cassiano Zeni Vargas e o Engenheiro Civil Adriano Bolesina, ambos lotados na DAG/SAMA E, conforme ART's em anexo, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção, e a gestão do contrato competirá ao servidor Gerson Antônio Panarotto, Diretor DPI.

9.2 Esgoto

A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do SAMA E, na pessoa das Técnicas em Saneamento Bruna Schio e Miriam Casagrande, a quem competirá comunicar as falhas porventura constatadas no cumprimento do contrato, assim como determinar as providências necessárias para a respectiva correção, e a gestão do contrato competirá a servidora Josiane Nunes, Diretora da DEG.

10. SUBCONTRATAÇÃO

São vedados o subempreitamento ou a transferência total dos serviços que compõem o objeto desta licitação.

11. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

A licitação será do tipo EMPREITADA POR MENOS PREÇO TOTAL incluindo material parcial e mão-de-obra.

- (a) A CONTRATADA fornecerá e instalará todos os materiais e equipamentos previstos, salvo os materiais excluídos em edital;
- (b) As empresas participantes deverão cotar os preços unitários e o preço global da proposta em reais, compreendendo a totalidade das obras e serviços necessários para a entrada em funcionamento do objeto deste certame;
- (c) Como critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, para a presente obra, o SAMA E fixa o preço máximo unitário dos itens do objeto licitado:

O julgamento das propostas obedecerá ao critério de **menor preço total**, incluindo mão de obra, equipamentos, serviços e o fornecimento parcial de materiais, respeitando o critério de aceitabilidade dos preços das propostas e, para efeito de classificação das propostas e em cumprimento ao artigo 40, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/1993, o preço máximo total a ser pago para a execução da obra será de **R\$ 7.942.487,38** (sete milhões novecentos quarenta e dois mil quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e oito centavos), correspondente a manutenção tubulações de água e esgoto. As propostas maiores aos valores limites fixados serão desclassificadas.

12. CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

Por se tratar de serviços de pequeno porte em vários locais no SAMA E, o aceite dos trabalhos será realizado pela fiscalização de forma mensal juntamente com a medição mensal para posterior pagamento.

O critério para o aceite do serviço será a qualidade do serviço empregado e norteado pelas Normas Técnicas e primando pelas boas práticas da construção civil.

Poderá ser emitido o Termo de Recebimento do serviço realizado a fim de Atestado Técnico, porém será exigido pelo menos 1 período contratual, ou seja, período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

13. VIGÊNCIA DO CONTRATO/ORDEN DE INÍCIO

O presente contrato vigorará por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da Ordem para Início dos Serviços, expedida pelo SAMA E, em até 5 (cinco) dias após a publicação do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 57, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, ou alterado, fundamentado no art. 65, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Após o início do contrato empresa vencedora deverá atender aos chamados que serão requisitados pela fiscalização.

A contratação será de 12 (doze) meses a partir da data de publicação do contrato, não havendo demanda mínima para utilização, pois os trabalhos serão continuados e serão solicitados conforme demanda apresentada pela fiscalização.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

A execução destes serviços obedecerá às normas técnicas recomendadas e os critérios definidos pelo SAMA E. O SAMA E se reserva, ainda, o direito de introduzir e/ou modificar os critérios de execução do serviço, sem alterar, porém, suas linhas fundamentais.

A contratada deverá realizar os serviços, observando a prioridade estabelecida pela Supervisão da Fiscalização.

A sinalização deverá estar presente no local do início ao fim da realização do conserto.

A contratada será responsável pelos danos causados direta ou indiretamente, ao SAMA E ou a terceiros durante a execução dos serviços, devendo assumir integralmente o custo dos reparos, ou a devida indenização.

Toda vez que for necessário o fechamento de algum setor para execução do serviço, inicialmente esta tarefa será do fiscal do SAMA E que fará a vistoria preliminar. Assim que a água for fechada o fiscal deverá avisar via rádio a central de rádio do SAMA E e também o 115 sobre a área(s) atingida(s) bem como a previsão de liberação da mesma. Caso o fiscal não saiba a localização do(s) registro(s), este deverá acionar a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica para que providencie o fechamento e comunique os setores envolvidos sobre a interrupção do abastecimento.

Caso os serviços não possam ser concluídos por problemas técnicos, a contratada deverá fazer a limpeza, remoção dos resíduos e outros materiais utilizados, dando condições de trafegabilidade imediata ao local, deixando o local sinalizado e protegido para evitar acidente. Neste caso, constatado que a impossibilidade de atendimento não foi causada

pela própria empresa Contratada, realizar-se-á o enquadramento similar ao dos serviços de simples deslocamento, emitindo-se nova Ordem de Serviço para conserto onde será enquadrado o item específico da manutenção quando de sua efetiva conclusão, caso a mesma possa ser realizada pela própria empresa Contratada.

Os serviços que apresentarem vazamento no período de 90 (noventa) dias, ou outro problema qualquer decorrente da má execução dos mesmos, constatados a qualquer tempo, deverão ser refeitos pela Contratada imediatamente, sem custos adicionais para o SAMA E.

Todos os serviços serão solicitados à contratada, inicialmente através de contato por rádio transmissor e/ou telefone/celular e posteriormente, entregue a ordem de serviço para pessoa indicada pela contratada, para tramitação burocrática de controle de serviço, retirada de material e fechamento da ordem de serviço. É vedado à contratada executar serviços por conta própria, sem estarem autorizados pela ordem de serviço ou contato por rádio. Somente o fiscal que acompanha a equipe tem autorização para solicitar que sejam geradas ordens de serviço.

As ordens de serviços concluídas deverão ser devolvidas a Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto, preenchidas de forma correta e legível, com todas as informações referentes ao serviço, tais como: data de execução, assinatura do responsável pela execução, e pelo fiscal do SAMA E, materiais utilizados e dados referentes à medição.

Quando houver dúvidas quanto à localização da rede, ou qualquer outra dificuldade constatada durante a execução do serviço, a contratada deve buscar informações inicialmente junto à fiscalização. Se houver necessidade, esta acionará o apoio técnico da Gerência de Operação e Manutenção Hidráulica ou Gerência de redes de esgoto.

Todas as equipes de trabalho deverão utilizar telefones celulares próprios para contatos de urgência e rádio transmissor fornecido pela contratada, instalado em seus veículos.

A contratada deverá calcular o valor dos serviços, considerando todos os custos com pessoal, ferramentas, equipamentos, veículos, máquinas, abertura e fechamento da vala, compactação, sinalização, limpeza, recolhimento de entulhos, materiais, exceto hidráulicos, e outros custos necessários para atender o objeto desta licitação.

O SAMA E acompanhará e fiscalizará a execução dos serviços, sendo que a fiscalização poderá exigir que os serviços sejam refeitos se não estiverem de acordo com as normas estabelecidas.

A empresa contratada deverá realizar documentação fotográfica dos serviços e consertos realizados, e as fotos deverão ser impressas no verso da Ordem de Serviço, documentando claramente as peças utilizadas no conserto.

Caxias do Sul, 22 de maio de 2019.

Cassiano Zeni Vargas
Engenheiro Civil - DAG/SAMAE

Leonério de Castilhos
Engenheiro Civil – DPI/SAMAE

Bruna Schio
Técnica em Saneamento - DEG/SAMAE

Josiane Nunes
Diretora Divisão de Esgoto

Gerson Antônio Panarotto
Diretor - DPI/SAMAE